

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MIRELLI POSPICHIL RIOS**

**O PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS DE  
CONVIVÊNCIA DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS: MAPEANDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 03/08/2007

  
Rosana Maria Gato  
Departamento de Serviço Social / CSE

**FLORIANÓPOLIS**

**2007/1**

**MIRELLI POSPICHIL RIOS**

**O PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS DE  
CONVIVÊNCIA DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS: MAPEANDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana de  
Carvalho Martinelli Freitas

**FLORIANÓPOLIS**

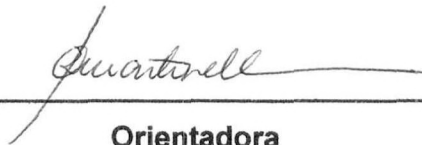
**2007/1**

MIRELLI POSPICHIL RIOS

O PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: MAPEANDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão Examinadora constituída dos membros:

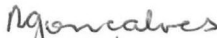
BANCA EXAMINADORA



---

**Orientadora**

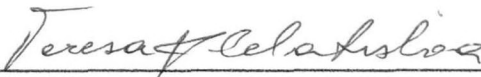
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas



---

**1<sup>ª</sup> Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Ms<sup>ª</sup>. Rita de Cassia Gonçalves



---

**2<sup>ª</sup> Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Teresa Kleba Lisboa

Florianópolis, Agosto de 2007

Dedico este trabalho aos meus pais,  
**Dalmo José Rios e Esilda de Souza Pospichil**, por me darem muito amor,  
carinho e por sempre demonstrarem o  
orgulho que sentem por mim.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me iluminar e por estar presente em minha vida.

Agradeço a minha família, principalmente aos meus pais, por todo o amor que me é dado e por buscarem e desejarem sempre o que há de melhor pra mim.

A minha orientadora, Professora Doutora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas pela confiança e paciência com que me conduziu na elaboração deste trabalho. Evidencio ainda seu extremo profissionalismo e dedicação à profissão, demonstrados durante todo este processo.

Aos profissionais da Gerência de Atenção ao Idoso, em especial à minha supervisora Mônica e também a Cris, Carol, Gaby e Dalva, que além de colegas de trabalho se tornaram amigas inesquecíveis. Valeu por tudo, adoro vocês!

As minhas companheiras de curso e amigas Mirian, Greice e Ruth, pois em todos os momentos que necessitei de algo, uma delas sempre estava ali pronta para ajudar. Meninas, sempre que precisarem também estarei aqui, vocês são especiais!

As Amigas mais parceiras que surgiram na minha vida: Suh, Carlinha, Carol e Gi. Muitos foram os momentos que juntas passamos, e espero que eles só venham a crescer. Amo vocês todas!

À Paty e ao Leko, amigos que eu sei que sempre posso contar e que fazem o meu dia-a-dia mais feliz e divertido. Assim como a Fernandinha, sempre preocupada com todos que a cercam.

Aos amigos Rafa e Carol Lemos que também me proporcionaram muitos momentos de alegria nesta minha caminhada.

Enfim, quero deixar meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para que esta etapa fosse concretizada. Obrigada!

RIOS, Mirelli Pospichil. **O Projeto de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência da Gerência de Atenção ao Idoso do Município de Florianópolis: mapeando o processo de avaliação.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal analisar as facilidades e dificuldades no alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência da Gerência de Atenção ao Idoso do Município de Florianópolis. Para tanto, aborda-se inicialmente a questão do envelhecimento dos idosos no Brasil, fazendo um resgate histórico acerca das políticas públicas voltadas a esta parcela da população. Na seqüência faz-se um breve histórico sobre a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, bem como a apresentação da Gerência de Atenção ao Idoso. São expostas no trabalho as informações obtidas com o estudo exploratório, evidenciadas nas entrevistas, juntamente com a incorporação das avaliações expressas através dos documentos institucionais. Percebeu-se com esse trabalho que ações como as realizadas pelo Projeto de Apoio à Dinamização e Organização de Grupos de Convivência, objetivam levar aos idosos uma velhice mais saudável, independente e autônoma, pois mesmo com as condições que dispõe, procura através do trabalho realizado alcançar seus objetivos, assim como os destes grupos, tentando atender na medida do possível os seus pedidos de diferentes formas e alternativas.

**Palavras-chave:** Idosos; Gerência de Atenção ao Idoso; Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência; Grupos de Convivência.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição da população por grupos de idades e sexo no Brasil....	14
<b>Tabela 2:</b> Estrutura das famílias segundo a presença de idosos.....	15
<b>Tabela 3:</b> População residente de idosos por faixa etária e região.....	17
<b>Tabela 4:</b> Distribuição por sexo da população idosa por grupo etário.....	18
<b>Tabela 5:</b> Benefícios concedidos via GAI no segundo semestre de 2006.....	42

## LISTA DE SIGLAS

<b>AFLOV</b>	Associação Florianopolitana de Voluntários
<b>ANG</b>	Associação Nacional de Gerontologia
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CMAS</b>	Conselho Municipal de Assistência Social
<b>CMI</b>	Conselho Municipal do Idoso
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>GAI</b>	Gerência de Atenção ao Idoso
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MPAS</b>	Ministério da Previdência e Assistência Social
<b>NOB</b>	Norma Operacional Básica
<b>PASA</b>	Programa de Atenção Social Assistencial
<b>PMF</b>	Prefeitura Municipal de Florianópolis
<b>PROATI</b>	Programa de Atenção a Terceira Idade
<b>Progente</b>	Programa de Modernização Gerencial
<b>RMV</b>	Renda Mensal Vitalícia
<b>SESAS</b>	Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SHTDS</b>	Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
<b>SMCAIFD</b>	Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
1.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS.....	12
1.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A QUESTÃO DO IDOSO.....	19
1.3 A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO E O ESTATUTO DO IDOSO.....	23
<b>2 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>27</b>
2.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E A SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	28
2.2 A GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO (GAI) NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	33
2.3 PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS NA GAI.....	37
<b>3 O TRABALHO COM GRUPOS DE CONVIVÊNCIA NA GAI.....</b>	<b>45</b>
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.2 O PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.....	48
3.3 FACILIDADES E DIFICULDADES NO ALCANCE DOS OBJETIVOS PREVISTOS NO PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>65</b>

<b>APÊNDICE A</b> – Levantamento realizado no mês de março de 2007, junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Departamento de Serviço Social da UFSC que abordam o tema Idoso e Grupos de Convivência na Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	66
<b>APÊNDICE B</b> – Questionário utilizado nas entrevistas.....	68
<b>APÊNDICE C</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	70
<b>APÊNDICE D</b> – Relação de Grupos de Convivência cadastrados na GAI do Município de Florianópolis por região.....	73
<b>ANEXOS</b> .....	77
<b>ANEXO A</b> – Organograma da Prefeitura Municipal Florianópolis e da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social.....	78
<b>ANEXO B</b> – Cronograma e Comunicação Interna dos seminários internos da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social.....	81
<b>ANEXO C</b> – Modelo de Estatuto para Grupos de Convivência.....	84
<b>ANEXO D</b> – Ficha Cadastral dos Grupos de Convivência.....	94
<b>ANEXO E</b> – Ficha cadastral dos integrantes dos Grupos de Convivência.....	96

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa atender requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

É de conhecimento que as mudanças que vêm ocorrendo na pirâmide populacional não só em nível mundial, mas como também nacional progredem continuamente, mostrando como o número de pessoas com sessenta anos ou mais está aumentando de maneira significativa, o que vem contribuindo para o aumento de estudos que abordam o processo de envelhecimento e suas repercussões na vida do idoso.

O interesse pela temática abordada surgiu a partir da experiência de estágio na Gerência de Atenção ao Idoso (GAI), que está inserida na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS) do Município de Florianópolis. O período de realização de estágio na GAI teve início no dia 29 de agosto de 2005 e será encerrado no dia 31 de agosto de 2007.

Dentro das ações desenvolvidas pela GAI, a atuação como estagiária ocorreu nos seguintes projetos: Serviço Disque Idoso (estágio curricular não obrigatório), e Projeto de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência (estágio curricular obrigatório).

As experiências vivenciadas durante este período me levaram a pensar o quão é importante à existência de lugares onde a busca e efetivação de direitos pertinentes a este segmento da população se fazem presentes, pois atualmente são múltiplas as ações, atividades e tentativas que procuram inserir os idosos em diferentes espaços sociais, visando uma melhor qualidade de vida e o seu reconhecimento como cidadãos.

Os grupos de convivência acompanhados pela GAI pretendem ser espaços no qual se tem um ambiente de convivência social e integração e que ainda proporcionam a realização de atividades como: trabalhos manuais, exercícios físicos, dança, teatro, viagens, troca de receitas, entre outros.

Através de levantamento realizado no mês de março de 2007, junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Departamento de Serviço Social da UFSC, se identificou cinco monografias que abordam o tema Idoso e Grupos de



Convivência na Prefeitura Municipal de Florianópolis: Nuemberg e Cysne (1979), Rollin (1998), Sachet (1999), Volkmer (2002) e Silva (2004), vide Apêndice A. Desta maneira, nota-se que embora esta temática venha se constituindo objeto de estudo, faz-se necessário ampliar os estudos sobre a mesma, dada sua importância e relevância. A realização do presente estudo pretende, portanto, em virtude de seu da importância do tema, contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o tema, mais especificamente, através da análise das facilidades e dificuldades existentes para o alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência.

Além disso, este trabalho, também contribuirá, para uma melhor compreensão sobre os diferentes aspectos que envolvem a presente temática principalmente no que diz respeito à presença do poder público municipal de Florianópolis no processo de implementação da Política Municipal do Idoso.

Para abarcar o proposto, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo abordará a questão do envelhecimento dos idosos no Brasil apontando inicialmente dados que possibilitam a visualização das características sociodemográficas existentes. Na seqüência se abordará as políticas públicas voltadas para o idoso, identificando inicialmente os direitos dos idosos presentes na Constituição Federal de 1988 e posteriormente a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

O segundo capítulo irá contemplar a política de atendimento aos idosos no Município de Florianópolis, discorrendo sobre a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e apresentando um breve histórico da SMCAIFDS. Em seguida será apresentada a GAI, assim como os Programas, Projetos, Serviços e Atividades desenvolvidos pela mesma.

O terceiro e último capítulo descreve o trabalho desenvolvido pela GAI junto aos Grupos de Convivência que nela estão cadastrados. Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho são apresentados, bem como o Projeto de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência e a análise sobre as dificuldades e facilidades existentes para que seus objetivos sejam alcançados.

Ao final são realizadas considerações acerca do tema abordado, assim como sugestões, que poderão contribuir para o melhor desenvolvimento do trabalho desenvolvido.



## 1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL

A sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1970 abriu os olhos para algo que não estava preparada para ver: o Brasil é um país que encontrar-se em processo de envelhecimento. Assim, dizer hoje que somos um país jovem e que o problema do envelhecimento é assunto de países desenvolvidos, considerados de primeiro mundo, como a Europa, América do Norte e Japão, é não compreender que há um número cada vez maior de idosos nas ruas, tanto em cidades do interior como nas grandes cidades.

Existe uma clara proeminência no que se diz respeito ao crescente número de idosos na população mundial, mais especificamente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Este capítulo irá abordar as características sociodemográficas deste segmento populacional, mostrar o avanço que trouxe a Constituição Federal de 1988, assim como a Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso.

### 1.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

As mudanças que vêm ocorrendo, progressivamente, na pirâmide populacional, mostram que o número de pessoas com 60 anos ou mais está aumentando significativamente<sup>1</sup>.

A velhice é uma fase da vida, na qual as patologias, gradativamente, vão correndo. Visando prolongar o tempo de vida com saúde, é necessário que o idoso, continuamente, mantenha-se realizando atividades físicas e participando da vida social, pois a

vida é um ciclo de nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer, no entanto, não significa que a velhice deva estar diretamente associada à doença e à morte. Muito das representações sociais que se tem da terceira idade apontam para esses dois tópicos como centrais. No entanto, esses podem ocorrer em qualquer um dos ciclos de vida. Repensar a terceira idade é um ponto crucial na atualidade.

---

<sup>1</sup> Como idoso, está sendo considerado à parte da população com 60 anos ou mais, tal como estabelece a Política Nacional do Idoso.

Esse é o momento de vida no qual há a necessidade de reconstruir dignidade, direitos, implementando a cidadania. Não é um momento de encerramento, mas sim de reativar novos sentidos. (SOMCHIDA; FERNANDES, 2003, p. 32).

Em uma sociedade que valoriza a juventude, a beleza, o produtivo e na qual a velhice é uma fase da vida vista com preconceitos de inutilidade, dependência e improdutividade, as pessoas idosas encontram dificuldades de inserir-se.

Diante dessas limitações o idoso isola-se, mesmo que esteja residindo com sua família, pois muitas vezes os familiares não contemplam o idoso em seus diálogos e em suas decisões, pois a velhice é vista por muitas pessoas ainda como uma fase da vida em que a inutilidade, a dependência e a improdutividade se fazem presentes. Por outro lado, muitos idosos são condenados a viver o resto de suas vidas em instituições asilares, ambiente estranho e que leva o idoso a sujeitar-se às normas e rotinas impostas pela instituição, ocorrendo, freqüentemente, o afastamento da família e da sociedade. Desta forma, o idoso perde seu espaço social, sua família, seus pertences e deixa de realizar as atividades da vida diária. Esta situação poderá deixar o idoso descontente com a vida, demonstrando isto por meio de tristeza, apatia e isolamento.

Segundo Volkmer (2002, p. 49), “é necessário que esta idéia seja substituída por uma outra, que de valor e destaque ao papel do idoso enquanto ser que também se encontra em processo de desenvolvimento”.

Ferraz e Peixoto (1997), afirmam que, a partir da concepção de que os idosos passam por uma etapa de independência, maturidade e tempo de usufruir, atribuições ligadas ao dinamismo, à atividade, ao lazer, os idosos passam a invadir, progressivamente, os espaços públicos, criando estratégias de sociabilidade que lhes permitem tecer novas relações sociais e fugir do isolamento.

O envelhecimento populacional brasileiro é resultado da queda de nascimentos que vem ocorrendo no país desde os anos de 1960, com a descoberta de vários métodos anticoncepcionais, principalmente o da pílula, somado a queda progressiva nas taxas de mortalidade que vêm se manifestando desde o final da segunda guerra mundial, nos anos de 1940, junto à busca por uma melhor qualidade de vida da população. Isto tudo trouxe alterações na estrutura etária da população brasileira. (SOMCHIDA; FERNANDES, 2003).

O Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata uma das mais significativas mudanças na estrutura etária da população no que diz respeito à duplicação, entre 1940 e 2000, do número de indivíduos com mais de 60 anos. O Censo 2000 mostra que a população de 60 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 14.536.029 de pessoas, contra 10.722.705 em 1991. O peso relativo da população idosa no início da década representava 7,3%, enquanto, em 2000, essa proporção atingia 8,6%. Trata-se, certamente, de um conjunto bastante elevado de pessoas, com tendência de crescimento nos próximos anos.

A tabela seguinte exhibe a distribuição da população brasileira por grupos de idades e distribuição por sexo no Brasil:

**Tabela 1:** Distribuição da população por grupos de idades e sexo no Brasil

<b>Grupos de idade</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
0 a 4 anos	16.375.728	8.326.926	8.048.802
5 a 9 anos	16.542.327	8.402.353	8.139.974
10 a 14 anos	17.348.067	8.777.639	8.570.428
15 a 19 anos	17.939.815	9.019.130	8.920.685
20 a 29 anos	29.991.180	14.862.546	15.128.634
30 a 59 anos	57.066.024	27.653.637	29.412.387
60 anos ou mais	14.536.029	6.533.784	8.002.245
<b>Total</b>	<b>169.799.170</b>	<b>83.576.015</b>	<b>86.223.155</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Conforme Augustine (2003), no ano de 2050 haverá 16.224.000 idosos, ou seja, de cada 13 brasileiros, 1 será idoso. Isto leva a crer que se o aumento da população idosa prosseguir neste ritmo, no ano de 2050, esta faixa etária da população corresponderá cerca de 15% da população total.

A importância dos idosos para o País não se resume à sua crescente participação no total da população. Os jovens estão tendo, cada vez mais, dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e, conseguir o seu próprio sustento, assim, boa parte dos idosos hoje são chefes de família, ou seja, a pessoa idosa brasileira vem contribuindo com uma significativa renda nas famílias.

Conforme mostra o Censo 2000, 62,4% dos idosos e 37,6% das idosas são chefes de família, somando 8,9 milhões de pessoas. Além disso, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os seus filhos e os sustentam.

Nesse sentido, reportando-se a Augustine (2003, p. 42):

Em famílias com idosos eles representam cerca de 52% da renda conjunta – sendo que nestas famílias, 49% possuem idosos como chefes e os filhos moram juntos. Em países de terceiro mundo, como é o caso do Brasil, em que as crises financeiras são uma constante e atingem principalmente os mais jovens, não há como ignorar que o idoso que fornece razoável parcela da sustentação econômica familiar.

Estes dados mostram a dependência cada dia maior das famílias pelos seus idosos, o que desmistifica a imagem negativa do idoso como dependente de seus parentes, percebendo que o mesmo também desempenha um papel sócio-econômico de fundamental importância na família, desta forma pode-se dizer que a família é

um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida. (MIOTO, 1997, p. 120).

A seguir poderá ser visualizada a estrutura das famílias segundo a presença de idosos, conforme o Censo 2000:

**Tabela 2:** Estrutura das famílias segundo a presença de idosos

<b>Características das famílias<sup>2</sup></b>	<b>Todas as famílias</b>	<b>Famílias sem idosos</b>	<b>Famílias com idosos</b>
<b>Perfil das famílias:</b>			
Tamanho médio	3,77	3,86	3,48
Número médio de filhos	1,65	1,82	1,11

<sup>2</sup> A família foi definida, segundo o Censo 2000, como um conjunto de pessoas ligada por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar. Foi ainda considerada a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar, também parentes, agregados e/ou empregados em vínculo de parentesco.

Rendimento médio familiar <i>per capita</i> <sup>3</sup>	293,46	281,91	333,60
Proporção média da renda que depende do chefe	67,4	70,0	59,7
Número médio de pessoas que trabalham	1,29	1,40	0,96
Número médio de beneficiários	0,42	0,17	1,18
Proporção de famílias que recebem até ½ salário mínimo	24,74	27,84	14,99
<b>Características dos chefes da família:</b>			
Idade média do chefe (anos)	45,55	39,27	65,16
Proporção de chefes homens	75,15	78,82	63,62
Proporção de chefes mulheres	24,85	21,18	36,38
Número médio de anos de estudo dos chefes	5,73	6,29	3,96
Renda média do chefe	748,11	765,05	695,20
<b>Distribuição dos tipos de família (%):</b>			
Nucleares	77,33	83,79	56,98
Casal sem filhos	10,61	9,13	15,25
Casal com filhos	47,72	57,21	17,84
Mãe com filhos	8,90	9,37	7,44
Mulher sozinha	4,42	2,69	9,85
Pai com filhos	1,17	0,97	1,83
Homem sozinho	4,50	4,42	4,77
Extensas	22,67	16,21	43,02
Casal sem filhos	1,86	0,99	4,59
Casal com filhos	10,87	8,46	18,45
Mãe com filhos	5,13	3,64	9,79
Mulher sozinha	2,46	1,33	6,00
Pai com filhos	0,64	0,31	1,67
Homem sozinho	1,72	1,47	2,52

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 (apud CAMARANO, 2004).

Observa-se que as famílias com a presença de idosos, quer na qualidade de chefes da sua própria família ou mesmo como parte de uma outra família, apresentam uma estrutura bastante diferenciada das que não contêm idosos.

A próxima tabela mostra a população residente de idosos por faixa etária e região, apontando assim que a diferença da intensidade da redução da fecundidade brasileira não ocorre simultaneamente e também com a mesma intensidade entre as regiões.

<sup>3</sup> O rendimento médio familiar *per capita* se dá pela soma de todos os rendimentos das pessoas da família dividido pelo número de pessoas da família.



**Tabela 3:** População residente de idosos por faixa etária e região

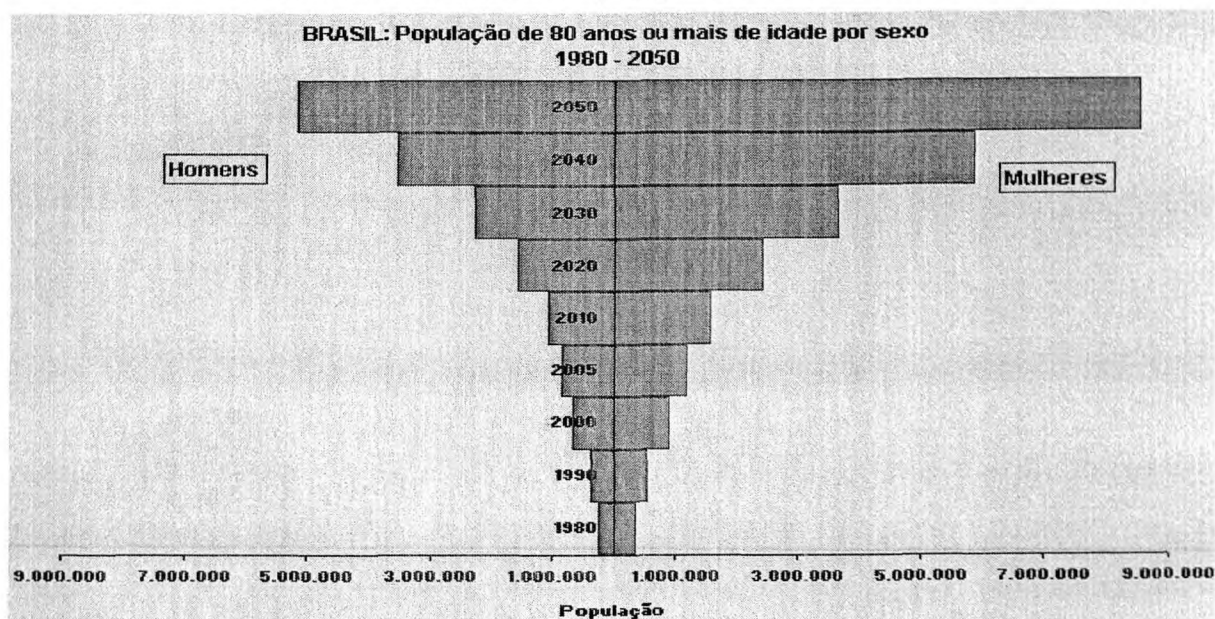
Região	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 Anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais	Total
Norte	237.776	178.253	125.510	79.436	86.096	707.071
Nordeste	1.229.605	923.753	743.631	523.017	600.851	4.020.857
Sudeste	2.117.769	1.694.691	1.299.974	817.671	802.783	6.732.888
Sul	743.343	588.041	437.812	276.033	260.119	2.305.348
Centro-Oeste	272.436	196.368	135.375	83.430	82.256	769.865
Total	4.600.929	3.581.106	2.742.302	1.779.587	1.832.105	14.536.029

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Cabe destacar a região Sul, que como pode ser visualizado na tabela acima, depois da região Sudeste e Nordeste é a que possui o maior número de idosos, sendo assim a terceira região com maior população idosa no Brasil.

Nota-se ainda acima que a população brasileira com 80 anos ou mais está aumentando em ritmo acelerado, representando hoje 12,6% da população idosa, sendo o contingente que mais cresce conforme menciona Berzins (2003).

O gráfico abaixo mostra este crescimento da população com 80 anos ou mais:

**Gráfico 1:** Projeção da População do Brasil: 1980-2050

Fonte: IBGE – Projeção da População do Brasil: 1980-2050.

Com isso vemos que a composição etária dentro do próprio grupo está se alterando, pois a população idosa também está envelhecendo, o que mostra uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso. Camarano (2004 p. 25) afirma que

esse grupo etário abrange um intervalo de aproximadamente 30 anos. Compreende pessoas na faixa de 60 anos, que, pelos avanços tecnológicos da medicina, podem estar em pleno vigor físico e mental bem como pessoas na faixa de 90 anos, que devem se encontrar em situações de maior vulnerabilidade.

O envelhecimento também está presente no que diz respeito à questão de gênero, ela se dá de diferentes formas entre homens e mulheres, Silva (2004) argumenta que os diferenciais de mortalidade por sexo, que favorecem as mulheres desde os primeiros anos de vida, resultam em que a proporção de mulheres seja superior à dos homens em todos os grupos etários após a infância.

Nos países subdesenvolvidos, onde os diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres persistem expressivos até as idades mais avançadas, a diferença no número de mulheres e homens idosos amplia-se nos grupos etários idosos mais velhos e, com a projetada trajetória de ampliação da expectativa de vida, acompanhada por aumento no diferencial de mortalidade entre homens e mulheres, é esperada uma intensificação do processo de feminização do envelhecimento, como apresentado logo a seguir:

**Tabela 4:** Distribuição por sexo da população idosa por grupo etário

<b>Sexo</b>	<b>População Residente</b>	<b>População de 60 anos ou mais</b>	<b>População de 80 anos ou mais</b>	<b>Centenários</b>
Homens	83.576.015 49,3%	6.533.784 45%	731.350 40%	10.423 42,5%
Mulheres	86.223.155 50,7%	8.002.245 55%	1.100.755 60%	14.153 57,5%
Total	169.799.170	14.536.029	1.832.105	24.576

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Augustine (2003) aponta dois fatores relevantes no que diz respeito à distribuição da população por idade e por sexo no Brasil. O primeiro fator é o de que o número de mulheres é superior ao número de homens, o outro ponto refere-se à expectativa de vida das mulheres, que também é superior ao dos homens.

Berzins (2003) afirma que no Brasil do total de idosos 55% são mulheres, e alguns dos fatores que colaboram para que isso ocorra dizem respeito à proteção hormonal do estrógeno; inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool, postura diferente em relação à saúde/doença e a relação diferente com os serviços de saúde.

No caso da relação familiar, as mulheres também apresentam uma maior proporção de dependência do que os homens. Camarano (2004, p. 54) explica que “parte desta dependência, no caso da falta de renda, por exemplo, esteja mais associada a um baixo status social no passado do que à idade”.

Todas estas mudanças em relação à velhice despertaram preocupações em relação ao tema. Estas preocupações se expressam através de leis e direitos instituídos a partir da Constituição de 1988 (Art. 230); da PNI (1994), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (1993) e a conquista mais recente, o Estatuto do Idoso (2003).

## 1.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A QUESTÃO DO IDOSO

A influência e a pressão exercida pela sociedade civil organizada, associações científicas, grupos políticos, entre outros foram de grande importância para as questões que envolvem a população idosa, pois trata-se de um impulso no que diz respeito a políticas voltadas para esta parcela da sociedade. Camarano (2004, p. 264) destaca duas iniciativas que tiveram grande impacto no desenvolvimento de políticas para população idosa brasileira:



A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia<sup>4</sup>, no ano de 1961 e o Serviço Social do Comércio (SESC)<sup>5</sup> em 1963.

Em 4 de julho de 1974, através da portaria 82, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) teve-se a primeira iniciativa do governo federal no que diz respeito à prestação de assistência ao idoso. Trata-se de ações preventiva realizadas em centros sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e da sociedade civil, bem como de internação custodial dos aposentados e pensionistas do INPS a partir de 60 anos. A aceitação destes idosos nestas instituições se dava conforme a insuficiência de recursos próprios e familiares e a inexistência ou abandono da família.

Ainda na década de 1970, outra iniciativa do governo federal, referente à população idosa carente, ocorreu, ou seja, a criação das aposentadorias para os trabalhadores rurais e também a Renda Mensal Vitalícia (RMV)<sup>6</sup>. Na ocasião os valores constituíam-se em 50% do salário mínimo, com exceção da aposentadoria por invalidez do trabalhador rural que era de 75% do salário mínimo.

No ano de 1976 foi editado pelo MPAS o primeiro documento, chamado de Política social para o idoso: diretrizes básicas. Este documento contém algumas diretrizes para uma política social para a população idosa e baseou-se nas conclusões de três seminários regionais, que foram realizados em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, e um seminário nacional. Estes seminários buscavam identificar as condições de vida do idoso brasileiro e do apoio assistencial existente para atender suas demandas.

---

<sup>4</sup> Tinha como um dos objetivos “estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com outras organizações interessadas em atividades educacionais, assistenciais e de pesquisas relacionadas com a Geriatria e gerontologia”. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2007).

<sup>5</sup> A ação do SESC revolucionou o trabalho de assistência social ao idoso, sendo decisiva na deflagração de uma política dirigida a este segmento populacional. Até então, as instituições que cuidavam da população idosa eram apenas voltadas para o atendimento asilar.

<sup>6</sup> As RMVs, criadas em 1974, foram as primeiras medidas de proteção do portador de deficiência e do idoso necessitado e tinha como principais condições não receber nenhum benefício, ter contribuído pelo menos 12 meses ou ter trabalhado alternativamente por cinco anos em atividade na época não coberta pela previdência e não receber como renda um valor maior do que o do próprio benefício.

As principais propostas contidas no documento Política Social para o Idoso: diretrizes básicas, segundo Camarano (2004, p. 265) são as seguintes:

implantação de sistema de mobilização comunitária, visando dentre outros objetivos, à manutenção do idoso na família; revisão de critérios para concessão de subvenções a entidades que abrigam idosos; criação de serviços médicos especializados para o idoso, incluindo atendimento domiciliar; revisão do sistema previdenciário e preparação para a aposentadoria; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos, coleta de produção de informações e análises sobre a situação do idoso pelo Serviço de Processamento de Dados da Previdência e Assistência Social (DATAPREV) em parceria com o IBGE, dentre outras.

Até aquele momento, as políticas do governo federal destinada à população idosa buscavam apenas o provimento de renda para quem trabalhou de alguma forma e de assistência para necessitados e dependentes. Isto tudo mostra segundo Camarano (2004) uma visão de vulnerabilidade e dependência deste segmento.

A necessidade de mudanças começaram a se adensar ao longo dos anos de 1980 por influência do debate internacional, pois com o Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento de 1982, o Brasil passou a incorporar, de forma mais ampla este tema em sua agenda política, o que coincidiu com o período de redemocratização do país.

Em 1985, foi criado, um órgão voltado para a investigação e prática científica em ações de atenção ao idoso: a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento de uma consciência e de ações gerontológicas, buscando a construção de um envelhecimento com mais garantias e com justiça social<sup>7</sup>.

Com Constituição Federal de 1988, teve-se a composição do Sistema de Seguridade Social, composto pelas áreas da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social<sup>8</sup>. Enfim trouxe princípios e elementos para novas formas de conceber as Políticas Sociais.

<sup>7</sup> Mais informações sobre a ANG poderão ser obtidas em <<http://ang-rj.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 11/05/2007.

<sup>8</sup> A Saúde, direito de todos (art. 196 da Constituição Federal) é universal; a Previdência Social atende aos que lhe são contribuintes e a Assistência é prestada aos necessitados e desamparados (art. 203 da Constituição Federal).

Com isso, a Constituição de 1988 trouxe diversas modificações. Na área da Saúde, a sua universalização, com o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a abertura da assistência à saúde para iniciativa privada. No que diz respeito à Assistência Social, esta passa a ser um direito do cidadão e não é um favor do Estado. Já na Previdência, uma das modificações foi que os trabalhadores rurais passaram a ter direito à aposentadoria de um salário mínimo, independentemente de contribuição e os trabalhadores urbanos, sob determinadas condições, também passaram a fazer jus à cobertura garantida pela LOAS; segmentos mais vulneráveis da população, como os deficientes físicos, também passaram a ter o direito a uma renda mensal vitalícia.

Assim, com a introdução do conceito de Seguridade Social, a rede de proteção social deixou de estar vinculada apenas ao contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista, passando conforme Camarano (2004), a adquirir uma conotação de direito de cidadania.

A Constituição traz como princípios básicos, conforme artigo 194,

a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, a fixação do benefício mínimo, a equanimidade no custeio e a diversificação da base de financiamento, a descentralização e participação da comunidade, de trabalhadores, empregadores e aposentados na gestão. (CAMARANO, 2004, p. 266).

É na Constituição Federal de 1988 que o idoso aparece pela primeira vez, de forma legal, como cidadão e sujeito de direito, como mostra o artigo 229, no qual diz que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Já o artigo 230, por exemplo, ressalta que o apoio aos idosos, é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, que deverão assegurar a participação do idoso na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir o seu direito à vida.

Embora a Constituição de 1988 tenha sido um grande avanço no que diz respeito ao papel do Estado na proteção do idoso, a família continuou sendo a principal responsável pelo cuidado da população idosa.

No ano de 1993, foram regulamentados os princípios constitucionais referentes à Assistência Social, com a aprovação da LOAS, Lei 8.742, de dezembro de 1993. Esta lei estabeleceu programas e projetos de atenção ao idoso, em co-responsabilidade nas três esferas do governo, e regulamentou a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas maiores de 70 anos de idade pertencentes a famílias com renda mensal per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, cabe destacar que em 1998, a idade mínima para o recebimento do benefício foi reduzida para 67 anos e em 2004, com o Estatuto do Idoso passa para 65 anos.

### 1.3 A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO E O ESTATUTO DO IDOSO

Dando prosseguimento ao que a Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu e que deveria ser motivo de regulamentação através de Leis Complementares, mas também devido à influência dos debates internacionais sobre a questão do envelhecimento, foi aprovada em 1994 a Lei nº. 8.842, a qual dispõe sobre a PNI. Essa lei estabelece que a PNI tenha por objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação em recursos humanos na área da geriatria e gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento.

A Lei nº. 8.842/94 criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária.

Conforme cita Silva (2005), a PNI foi uma conquista alcançada devido à mobilização social e de órgãos governamentais que reivindicaram uma legislação que assegurasse aos idosos autonomia e participação efetiva na sociedade, podendo assim ser destacado aqui o Artigo 3º, que diz que é da família, sociedade e Estado “assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”.

Constam na Lei dispositivos que regem a prioridade do atendimento ao idoso no Sistema Único de Saúde; a realização de programas de saúde e medidas



profiláticas específicos; a elaboração de normas padronizadas para atendimento geriátrico e a criação de serviços alternativos de saúde para o idoso, como casas-lares e hospitais-dia.

Na área da educação, a Lei apresenta medidas para a adequação dos currículos e materiais didáticos para os cursos destinados aos idosos, inclusive em cursos de ensino à distância; o desenvolvimento de programas educativos, nos meios de comunicação, sobre o processo de envelhecimento. Além disso, a inserção, na educação formal, de conteúdos voltados para o idoso, com o objetivo de reduzir o preconceito e aumentar o conhecimento sobre o assunto.

Conforme a PNI, devem ser criados mecanismos que impeçam a discriminação e possibilitem a participação do idoso no mercado de trabalho. Os programas de assistência ao idoso devem elaborar critérios que garantam o acesso do idoso à moradia popular; o desenvolvimento de condições habitacionais adaptadas às condições de acesso e locomoção, que podem ser limitadas pela idade; e a diminuição das barreiras arquitetônicas e urbanas.

Para possibilitar ao idoso a participação em eventos culturais, os preços de ingressos devem ser reduzidos em todo o território nacional; devem ser estimulados a desenvolver atividades culturais e de lazer; devendo ser possibilitada a transmissão de suas habilidades e informações ao público jovem, como forma de preservar e continuar a identidade cultural.

Por fim, é assegurado ao idoso o direito de dispor seus bens, pensões e benefícios, exceto em casos de incapacidade judicialmente comprovada. É dever de todo cidadão denunciar qualquer mau trato, negligência ou desrespeito infligido ao idoso.

Cabe destacar que o Projeto de Lei 3.561/97, do Deputado Paulo Paim (PT/RS), propunha a criação do Estatuto do Idoso e este acrescentava novos dispositivos à Política Nacional do Idoso, pois estava embasado na concepção da necessidade de aglutinação, em norma legal abrangente, das postulações sobre idosos no país, exigindo um redirecionamento de prioridades das linhas de ação das políticas públicas. A aprovação do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741 ocorreu em setembro de 2003, esta foi sancionada pelo Presidente da República no dia 01 de outubro de 2003 e entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2004.

Trata-se de um conjunto de leis que estabelece os procedimentos legais que devem acontecer para melhoria da situação da população idosa do Brasil. Este novo instrumento legal conta com 118 artigos e visa reforçar as diretrizes contidas na PNI.

Sobre o Estatuto do Idoso, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (apud SALVATTI, 2004, p. 06) afirma que este “modifica o rosto e a alma do Brasil. Estabelece direitos que reafirmam que acima de tudo está a vida: sem humilhações, sem favores, sem dependência e sem abandono, com respeito e muita dignidade”.

A nova Lei trouxe ainda a punição para casos de abandono de idosos em hospitais ou casas de saúde; violência doméstica, expondo a integridade e saúde do idoso; violência doméstica que resultem em lesão corporal grave; negar emprego ou negar acesso a cargo público por causa da idade; negar acolhimento de idosos em abrigos, entre outros.

Pois conforme cita o Artigo 2º do Estatuto do Idoso,

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana...assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto é sem dúvida um dos maiores e mais recente avanço no que diz respeito a políticas públicas voltadas a este segmento da população, pois como coloca Kaiser (2003 apud COUTINHO, 2005, p. 35)

[...] além de ratificar os direitos demarcados pela Política Nacional do Idoso, acrescenta novos dispositivos e mecanismos para coibir a discriminação contra os idosos. Prevê penas para crimes de maus-tratos aos idosos e concessão de vários benefícios. Consolida os direitos já assegurados na Constituição Federal, tentando, sobretudo, proteger o idoso em situação de risco social.

Com isto a participação da sociedade em espaços públicos foi fortalecida, tornou-se, ainda, mais necessária e importante para viabilizar, acompanhar e controlar ações que dizem respeito a esta política social.

Um desses espaços, onde a participação popular se faz presente são os Conselhos de Direito<sup>9</sup>. Estes possuem natureza paritária, ou seja, “incorporam representantes da Sociedade Civil e do Estado e possibilitam a superação do ranço da ditadura” (COUTINHO, 2005, p. 26), assim a população participa nas decisões, tendo parte no poder e na edificação de novas Políticas Sociais.

Os Conselhos, conforme Volkmer (2002, p. 35) são assim

órgãos públicos regulamentadores, fiscalizadores e controladores da destinação dos recursos provenientes do Governo Federal, por iniciativa do Executivo Municipal e com preocupação de estimular a participação da sociedade, pois tem representação paritária entre o Governo e a Sociedade Civil, assumindo uma forma de participação democrática.

Nota-se assim que os Conselhos constituem-se em espaços políticos onde a prática coletiva se faz presente, através da participação de seus membros e da sociedade na organização, controle e mobilização de distintas questões que possam vir a surgir.

---

<sup>9</sup> Os conselhos, segundo Tótoro (2006, p. 35) “constituíram-se na década de 90 como uma nova estratégia política de gestão democrática. Configuram-se como uma novidade em relação aos modelos anteriores de gestão das políticas públicas”.

## 2 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O envelhecimento da população brasileira, como visto anteriormente é reflexo do aumento da expectativa de vida, devido a questões como o avanço no campo da saúde, a redução da taxa de natalidade e a busca por uma melhor qualidade de vida.

Este processo de envelhecimento, como analisa Silva (2004), também é evidenciado no Estado de Santa Catarina, que segundo estimativa do IBGE (2005) possui uma população de 5.866.568 habitantes, tendo uma área de 95.346,181 Km<sup>2</sup>, onde se inserem 293 municípios, destacando Florianópolis, apontada como uma das capitais com a melhor qualidade de vida do Brasil.

Assim, no âmbito estadual, segundo dados do IBGE (2000), Santa Catarina tem em média 406.159 idosos, ou seja, 9% da população total possuem 60 anos ou mais. Já a população de Florianópolis, segundo a mesma fonte, conta com aproximadamente 28.816 idosos, o que corresponde a 8,42% da população do Município.

Com o envelhecimento populacional evidenciado no contexto nacional, estadual e municipal, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), conforme descreve Silva (2004), começou sua atuação junto à terceira idade no ano de 1979, através da formação de grupos de convivência.

O município de Florianópolis é de acordo com Korn (2007, p. 27)

referência nacional pelos trabalhos que vêm desenvolvendo ao longo dos anos, comprometidos com a qualidade de vida dos idosos. As ações da Prefeitura Municipal de Florianópolis vão ao encontro das Políticas Nacional e Municipal do Idoso, em seus capítulos III e IV, respectivamente, onde citam que: “são competências dos órgãos e entidades públicas, incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

A política de atenção à pessoa idosa adotada PMF, viabiliza-se hoje através da Gerência de Atenção ao Idoso (GAI) e também do apoio e da representatividade do Conselho Municipal do Idoso (CMI). Ambos ficam inseridos na Secretária Municipal



da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS) de Florianópolis.

O objetivo deste capítulo é mostrar com se dá a Política de Atenção à Pessoa Idosa no Município de Florianópolis. Visando atingi-lo, inicialmente será abordada brevemente a situação do idoso em Florianópolis, através da PMF, bem como o histórico da SMCAIFDS, na seqüência serão apresentados à estrutura da GAI do Município de Florianópolis, como também os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos por ela.

## 2.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E A SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Segundo a Lei Orgânica do Município, Florianópolis integra-se aos princípios nacionais e estaduais com o objetivo da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e como dita o seu artigo 19, “visa à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a ela integram”.

A PMF é assim uma organização pública, com administração direta, de caráter governamental, sem fins lucrativos, pois tudo que é arrecadado é decorrente de tributos que são revertidos no investimento de centros de saúde, escolas, obras de infra-estrutura, entre outros, retornando, portanto novamente para a população.

Segundo estimativa do IBGE 2006, o município tinha uma população de 406.564 habitantes, e sua área territorial é de 433 km<sup>2</sup>, no qual fazem parte do Município de Florianópolis doze distritos: Sede, Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonas, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e São João do Rio Vermelho.

Florianópolis tem, segundo informações expressas no site da PMF<sup>10</sup>, sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos,

---

<sup>10</sup> Mais informações podem ser obtidas no site oficial da PMF: <[www.pmf.gov.br](http://www.pmf.gov.br)>. Acesso em: 13/05/2007.

indústria de transformação e turismo. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vem se tornando também setores de grande desenvolvimento.

Dentre os atrativos turísticos da capital salientam-se hoje, além das praias, as localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o próprio centro histórico da cidade de Florianópolis.

A prefeitura está sob a gestão do Prefeito Dário Elias Berger desde 01/01/2005 sendo que seu mandato encerra-se em 31/12/2008. Os recursos humanos da Prefeitura é constituído por servidores públicos, servidores terceirizados e estagiários de diversas áreas, tendo como missão, segundo mostra o site da PMF:

Promover ações solidárias com a sociedade nos campos da Saúde e Desenvolvimento Socioeconômico, Educação, Cultura, Lazer, Transporte e Infra-estrutura Urbana, visando o desenvolvimento sustentado em prol da Qualidade de Vida e Cidadania das Pessoas.

A SMCAIFDS<sup>11</sup> compõe o conjunto de secretarias municipais de Florianópolis. A história desta Secretaria tem início com a Lei Municipal nº 3.725, decretada no ano de 1963, que estabeleceu a criação da Diretoria de Assistência Social, órgão responsável pela coordenação das medidas de Assistência Social em Florianópolis, que na ocasião ocorria através da prestação de serviços assistenciais através do emprego de verbas orçamentais designadas para este fim.

Através do Decreto Lei nº. 935 Art. 14, de 20 de novembro de 1969, foi criada a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS).

A SESAS buscava atender aos interesses e necessidades dos munícipes, no sentido de melhorar suas condições de vida, obedecendo à assistência prestada às normas técnicas e condicionadas às aspirações da própria comunidade.

Esta Secretaria ainda continha um Setor de Assistência Social, que tinha como finalidade a busca pela racionalização de atendimentos, objetivando a promoção do Bem-Estar Social e Econômico dos servidores municipais e pessoas mais necessitadas da comunidade, além de capacitar os indivíduos por meio do Serviço

---

<sup>11</sup> O organograma da PMF e da SMCAIFDS segue anexo, sendo que as modificações que já ocorreram nele ainda não foram introduzidas, pois estão passando por processo de reestruturação. Os organogramas podem ser acessados no site oficial da própria Prefeitura: <[www.pmf.gov.br](http://www.pmf.gov.br)>. Acesso em: 13/05/2007.

Social, para uma maior adequação ao seu grupo de trabalho e ao contexto social onde viviam, movimentando para isso os recursos da comunidade, visando assim o atendimento das demandas. (VOLKMER, 2002).

Essa tentativa de racionalização do atendimento veio dar maior ênfase à existência do Setor de Triagem instalado na SESAS, que procurava estudar, diagnosticar e encaminhar aos recursos existentes no município.

Devido ao expressivo aumento de demandas na área da educação, saúde e assistência social foi criada no dia 27 de dezembro de 1985, através da Lei Municipal nº. 2.350, na administração de Aloísio Acácio Piazza, a Secretaria Municipal de Educação, sendo essa assim desmembrada da SESAS, passando a existir então o Departamento da Saúde e o Departamento de Assistência Social. Foi ainda neste período que surgiu a proposta de criação de uma secretaria própria para a área social.

Em 1988, com a Constituição Federal, a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social, passam a ser reconhecidas como Políticas Públicas, formando assim o tripé da Seguridade Social.

Neste contexto, a necessidade da criação de uma nova Secretaria tornou-se cada vez mais evidente, inclusive porque com a promulgação da LOAS – Lei nº. 8.742 de 1993, expressa-se um novo significado para área da assistência social<sup>12</sup>, ou seja, a assistência social como direito que traz a exigência de um aparato institucional mais bem estruturado, introduzindo o caráter de universalização dos direitos.

Com isto, três anos após a promulgação da LOAS, ou seja, no ano de 1996, começa a ser implantado no Município de Florianópolis o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), através da Lei nº. 4.958.

A partir de dezembro de 1998, um novo modelo de gerenciamento de processos começou a ser implantado em toda a PMF, este novo modo de gerenciamento era desenvolvido por uma equipe do Programa de Modernização Gerencial (Progente), que tinha como intuito o controle da qualidade dos serviços prestados a população, o que possibilitava a melhoria na qualidade dos atendimentos prestados aos usuários. (SILVA, 2005).

---

<sup>12</sup> A Assistência Social, segundo o capítulo I, artigo 1º da LOAS, é direito do cidadão e dever do Estado, é uma política da seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A PMF, através do desenvolvimento do Progente, trabalhava através de cinco grandes programas: Programa de Marketing Estratégico, Programa de Infra-Estrutura, Programa de Desenvolvimento Econômico, Programa de Desenvolvimento Institucional e Programa de Desenvolvimento Social, que abrange as áreas da Saúde, Educação, Habitação e Social.

Dentro do Programa de Desenvolvimento Social, a área social era coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento Social através das seguintes divisões: Ação Comunitária, Capacitação Profissional, Criança e Adolescente e Assistência Pública e Cidadania.

Segundo Volkmer (2002), os Departamentos da Saúde e do Desenvolvimento Social funcionavam independentes um do outro, foi então que no ano de 1999 iniciou-se um processo de discussão sobre a mudança dos Departamentos para Secretarias próprias.

No dia 21 de março de 2001 foi aprovada a Lei nº. 5.381, que criou a Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS), que contava com três gerências: Gerência Administrativo Financeiro, Gerência da Habitação e Gerência de Assistência Social, esta última tinha como missão a promoção do desenvolvimento sustentável das famílias florianopolitanas, otimizando e articulando recursos institucionais e ampliando parcerias, visando assim a melhoria na qualidade de vida destes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2003).

Em 2005, com a nova e atual gestão, a estrutura organizacional da PMF passou por um processo de alteração, no qual a SHTDS se divide em duas: a SMCAIFDS e a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.

A SMCAIFDS é atualmente administrada pela Primeira Dama do Município, a Senhora Rosimere Bartucheski Berger, e está dividida em cinco Gerências: Gerência da Família, Gerência da Criança e do Adolescente, Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Gerência Financeira e a Gerência Administrativa. A seguir serão expostos, conforme as apresentações dos Seminários Internos<sup>13</sup> da SMCAIFDS os objetivos que cada Gerência possui:

---

<sup>13</sup> Segue anexo cópia do Cronograma das apresentações, juntamente com a Comunicação Interna que mostra os dias que cada gerência se apresentou, assim como os locais onde ocorreram os seminários.



- Gerência da Família:

Esta Gerência tem como objetivo proporcionar às famílias em situação de vulnerabilidade social acesso a bens e serviços sócio-assistenciais, conforme preconizam a LOAS e a Norma Operacional Básica – NOB<sup>14</sup>.

- Gerência da Criança e Adolescente:

Tendo como foco uma política de assistência social que inclui a infância e a juventude como prioridades, a Gerência da Criança e do Adolescente visa à conquista e ampliação da cidadania das futuras gerações, desenvolvendo programas e projetos voltados ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, através de programas de prevenção, proteção e defesa de direitos.

- Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação:

Esta Gerência traz como objetivos os seguintes critérios coordenar os processos de planejamento do SUAS no âmbito Municipal, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social e em articulação com os conselhos municipais; estabelecer e coordenar/supervisionar a realização de estudos e levantamentos que subsidiem a elaboração de diagnóstico da realidade social do município e a implementação de novos serviços sócio-assistenciais; indicar as áreas de intervenção a serem prioritamente atendidas; assessorar as Gerências na elaboração de programas e projetos sociais; propor a implantação de novos serviços sócio-assistenciais; estabelecer em conjunto com as Gerências indicadores de avaliação do programas e projetos sociais; monitorar e avaliar as ações as rede sócio-assistencial, governamental e não-governamental; organizar e manter atualizado sistema de informações sociais; organizar relatórios que condensem o conjunto de ações sócio-assistenciais desenvolvidas pelo Comando Único de Assistência Social; coordenar a implantação e implementação de política de capacitação continuada e sugerir mecanismos de valorização profissional para o quadro técnico do SUAS.

---

<sup>14</sup> A NOB é o instrumento normativo que definirá o modo de operacionalizar os preceitos da legislação que rege o SUAS.

- Gerência Financeira e Gerência Administrativa:

Prestando apoio às ações da Secretaria, esta Gerência viabiliza as condições administrativas, financeiras, e humanas, respeitando as normas estabelecidas pela Lei, e participando integralmente das ações da SMCAIFDS, visando desta maneira atingir os fins propostos pela Secretaria, desta forma dá suporte aos Programas e Projetos que são desenvolvidos dentro e fora desta Secretaria.

- Gerência de Atenção ao Idoso:

Tem como objetivo viabilizar a inserção e/ou permanência do idoso na vida familiar e comunitária, visando envelhecimento saudável.

No próximo item será detalhado o funcionamento da GAI do Município de Florianópolis.

## 2.2 A GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO (GAI) NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

A GAI, conforme apresenta seu Relatório de Atividades 2006, foi estruturada a partir da criação da SMCAIFDS, no ano de 2005, com a nova gestão, com o Prefeito Dário Elias Berger, que como mencionado anteriormente teve início no dia 01 de janeiro de 2005. A GAI tem como objetivo viabilizar a inserção e/ou permanência do idoso na vida familiar e comunitária e o envelhecimento saudável.

Antes da GAI o setor responsável pela população idosa do Município chamava-se Programa de Atenção a Terceira Idade (PROATI), que foi implantado no ano de 1996 e estava inserido na extinta Divisão de Atenção Sócio-Educativa.

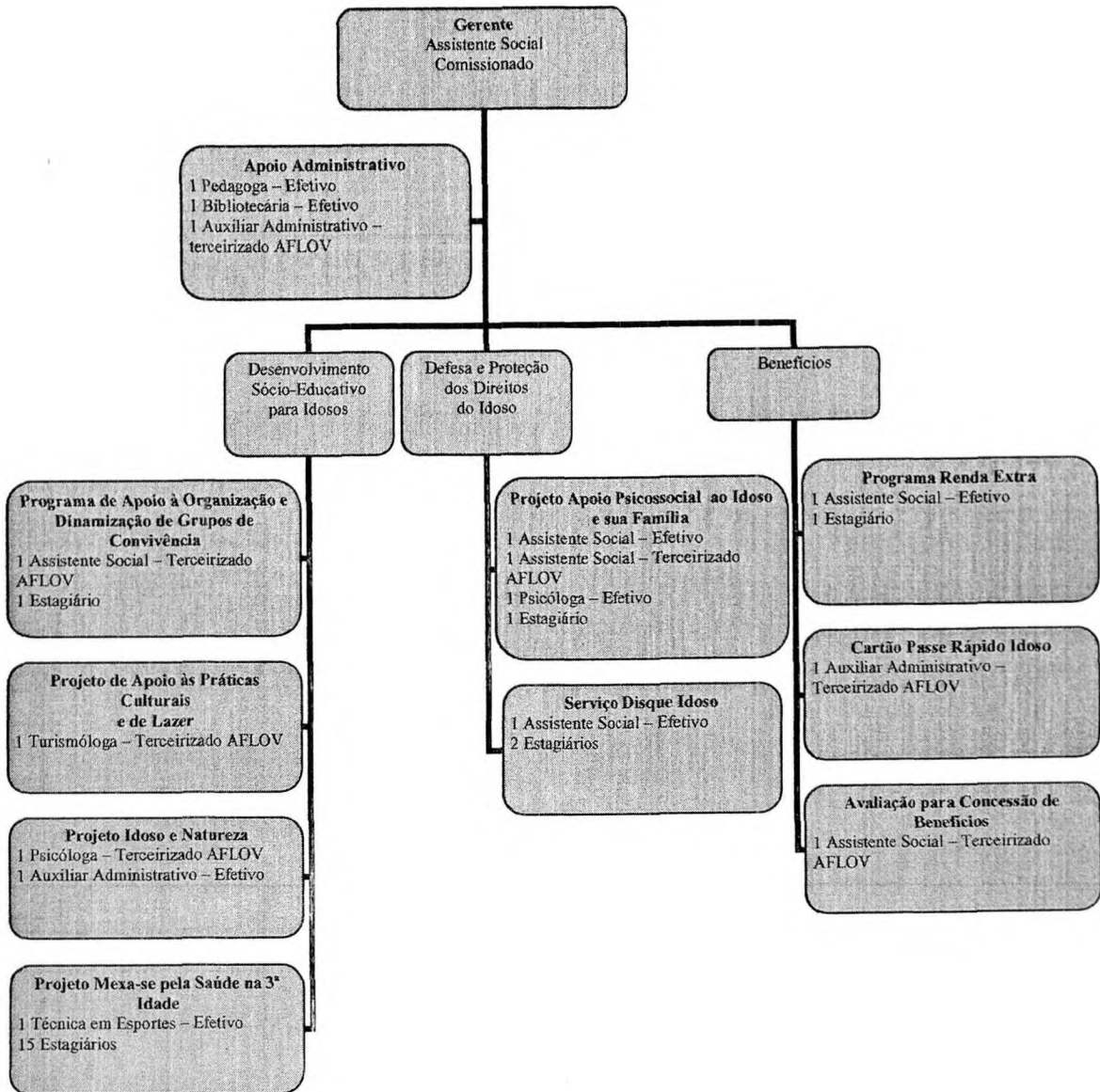
O PROATI tinha como missão, segundo Relatório de Atividades de 2003 “promover o desenvolvimento bio-psico-social do idoso, oportunizando ao mesmo a melhoria da qualidade de vida, sua valorização, ampliação de seu nível de consciência e conseqüentemente organização social”.

Devido ao aumento da demanda e questões relacionadas ao idoso no município, houve a necessidade de mudanças em sua estrutura, pois apenas um programa, no caso o PROATI, não estava mais dando o suporte necessário para as questões referentes à terceira idade que eclodiam, é assim que surgiu a GAI.

A GAI congrega diversas ações sócio-educativas, de atenção a este segmento populacional, seguindo as recomendações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), adequando progressivamente seu atendimento dentro dos novos critérios.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), o SUAS regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Sua organização se dá através de uma nova lógica de organização das ações: com a definição de níveis de complexidade, na área da proteção social básica e proteção social especial, com a referência no território, considerando regiões e portes de municípios e com centralidade na família.

A GAI é gerenciada pela Assistente Social Dalva Maria Kaiser desde outubro de 2005 e possui uma equipe formada por trinta e seis (36) pessoas. Deste total sete (07) são efetivos, ou seja, funcionários públicos concursados, nove (09) são terceirizados, via Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) e vinte (20) são estagiários, (quinze são estagiários de Educação Física e cinco de Serviço Social), a divisão destes profissionais dentro da GAI poderá ser visualizada a seguir, conforme organograma da própria Gerência:



Fonte: Relatório de Atividades da GAI – 2006.

É importante ressaltar que o Projeto Idoso e natureza presente no organograma teve seu encerramento no mês de dezembro de 2006. O Projeto funcionava no Centro de Atividade do Idoso, junto ao Parque Municipal Córrego Grande – Horto Florestal<sup>15</sup>, neste local eram desenvolvidas atividades como palestras, intercâmbio com outras instituições, caminhadas no parque, recreação, lanche da tarde e outros.

<sup>15</sup> O espaço onde funcionava o Projeto ainda é cedido para o encontro semanal (quartas-feiras) de um Grupo de Idosos da comunidade local.



Tinha como objetivo disponibilizar espaço de visitação, convivência e lazer aos Grupos de Convivência do município, proporcionando atividades alternativas para os idosos e contato com a natureza.

Os convites eram feitos aos coordenadores de grupos de convivência através de contato telef nico, agendando assim o dia da visita, o número de idosos e o ônibus para transportá-los.

Cabe ainda aqui destacar que quando necessário a GAI realiza articula es interinstitucionais, como por exemplo, Secretárias de Saúde, Educa o e Obras, Funda o de Esportes, Ministério Público, delegacias, Universidades, hospitais, setores internos desta secretaria, CMI, entre outros.

A participa o do CMI ocorre de diversas formas, sendo que sete (07) integrantes da equipe da GAI são conselheiras: uma (01) pedagoga, duas (02) psicólogas, três (03) assistentes sociais e um (01) profissional de educa o física. Todos participam de Plenárias, atuam também em Comissões Setoriais, nos Processos de inscri o das Institui es e Grupos que atuam com idosos, entre outros.

O CMI de Florianópolis surge no dia 24 de setembro de 1998, através da Lei n . 5.371 que dispões sobre a Política Municipal do Idoso, onde no seu artigo 7 , deixa claro que

Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI,  rg o colegiado permanente, do sistema descentralizado e participativo da Política do Idoso do Município de Florianópolis, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composi o paritária entre governo e sociedade civil, observando o disposto no Art. VI da Lei 8.842/94.

Os conselhos são órgãos públicos regulamentadores, fiscalizadores e controladores, tendo representa o paritária.

Assim,   evidente a importância da participa o do CMI junto a GAI, pois trata-se de mais um espaço que garante os direitos sociais dos idosos, criando condi es para a promo o da autonomia, integra o e participa o na sociedade.

## 2.3 PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS NA GAI

As atividades desenvolvidas pela GAI abrangem serviços e ações na área do desenvolvimento sócio-educativo do idoso, com implementação de Programas e Projetos de Apoio e Dinamização de Grupos de Convivência e de Atividades Físicas Recreativas.

Também desenvolve trabalhos na área da defesa e proteção dos Direitos Sociais do Idoso, atuando no desenvolvimento de Programas, Projetos e serviços para a consolidação da cidadania dos Idosos do Município, como poderemos ver a seguir:

### **1- Programa Renda Extra (Lei Municipal nº. 5330/98):**

Trata-se da concessão de benefício mensal de um salário mínimo a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, que reside no mínimo há 05 anos no município, acometida por doenças motivadoras de incapacidade física e/ou mental, integrante de família com renda inferior a três salários mínimos. Assim, este Programa tem o intuito de

proporcionar ao idoso que se encontra em situação de vulnerabilidade social, econômica e de saúde, condições de sustentabilidade no contexto familiar e comunitário; viabilizar à família meios que contribuam para garantir a permanência do idoso sob seus cuidados (alimentação, fraldas descartáveis, medicamentos, cadeira de rodas, cadeira para banho, entre outros), além de evitar o asilamento e conseqüentes perdas sociais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

O Programa é financiado com recursos próprios do município e começou a ser executado em 2002, com um total de 71 (setenta e um) idosos atendidos. A partir de 2004, o número de idosos atendidos passou a ser de 95 (noventa e cinco), número que até junho de 2007 ainda permanece igual, sendo que, segundo entrevista realizada no dia 08 de junho de 2007 na própria GAI com a assistente social

responsável pelo programa, Miriam Martins, existe uma demanda reprimida de 114 pessoas.

## **2- Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência:**

O Programa consiste em dar apoio à organização de Grupos de Convivência de Idosos do município cadastrados na GAI, objetivando desencadear processos de participação e valorização pessoal e social para o idoso em seu contexto familiar e comunitário.

Este Programa será melhor aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho, pois além de ser o local em que foi realizado o estágio curricular obrigatório, é nele que também se encontra o foco deste trabalho.

## **3- Projeto de Apoio às Práticas Culturais, Educativas e de Lazer/ Integração Social:**

Dentro deste projeto são realizadas ações que visam à integração, estimulando os idosos ao convívio social, como:

- Baile de carnaval
- Confraternizações do mês das mães - Encontros regionais
- Festival de Talentos da Terceira Idade (Musical) – Encontros regionais
- Confraternização de Fim de Ano

O Projeto tem assim como objetivo apoiar, promover e realizar eventos sociais e atividades culturais, educativas e de lazer voltadas para o público idoso participante ou não de Grupos de Convivência do Município de Florianópolis.

## **4- Projeto Viver Ativo:**

O projeto é coordenado por uma profissional de Educação Física e conta com quinze estagiários de Educação Física.

As atividades realizadas junto aos idosos são variadas, como danças, jogos de salão, informações sobre saúde e higiene, entre outros. O Projeto, como ainda cita

Korn (2007) faz atendimentos de caráter fixo (idosos cadastrados) e de caráter variável (sem estimativa do número de participantes).

Os atendimentos de caráter fixo dizem respeito a atividades recreativas em Grupos de Convivência que estejam cadastrados na GAI, que tenham inscrição no CMI, e que solicitem este tipo de atendimento; atividades físicas em Grupos de Ginástica na própria comunidade a partir da solicitação dos próprios idosos; atividades físicas e recreativas nas Instituições Asilares de Assistência Social do Município e também coreografias de danças para apresentações públicas, aulas de dança de salão, folclóricas, etc, em grupos de danças criados a partir da solicitação dos idosos na própria comunidade.

Já os atendimentos de caráter variável dizem respeito à recreação e participação em eventos realizados pelo Projeto de Organização e Apoio as Práticas Culturais de Lazer; recreação em encontros intergrupais que eram realizados no Horto Florestal e organizados pelo Projeto Idoso e Natureza e também a organização e realização de Torneio de Voleibol adaptado para idosos e demais atividades desportivas que sejam destinadas a este público.

Um projeto que, através da prática de atividades físicas, recreativas e culturais nas comunidades, tem como objetivo, segundo Korn (2007) oportunizar a população idosa do município a manutenção e a melhora da capacidade funcional para realização de atividades básicas da vida diária, contribuindo para a reintegração social.

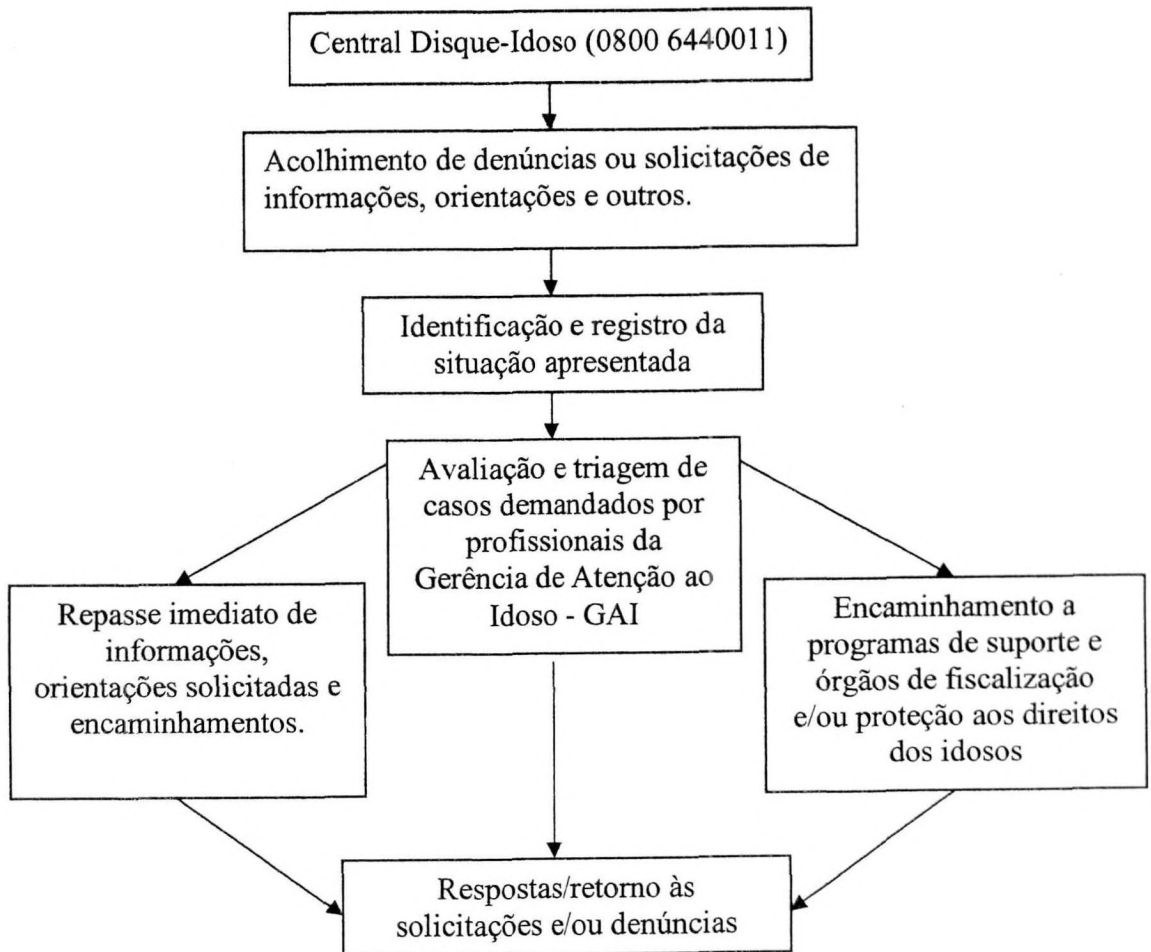
## **5- Serviço Disque Idoso:**

Em janeiro de 2004 o Serviço Disque Idoso teve seu início, e funciona com o objetivo de possibilitar a população idosa e ao munícipe em geral acesso a orientações, encaminhamentos e serviços de proteção de seus direitos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2005).

Disponibiliza através de linha telefônica - **0800 644 0011** - orientações e informações acerca dos direitos sociais dos idosos e legislações diversas, além de receber denúncias em relação à violência contra idosos e desrespeito à lei. Trata-se assim de um canal que a população disponibiliza para estar viabilizando os direitos, buscando informações e orientações em relação à pessoa idosa.

O projeto conta com uma assistente social e dois estagiários de Serviço Social, um no período da manhã, e outro no período da tarde.

O fluxograma a seguir mostra como ocorre o funcionamento do serviço:



Fonte: Projeto Disque Idoso - 2005.

Vale salientar que antes de realizar o estágio obrigatório dentro do Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência, o estágio ocorreu no Serviço Disque Idoso, e a partir da experiência de estágio constatou-se o desconhecimento que as pessoas ainda possuem sobre este serviço, o que poderia ser diferente se fosse feito um trabalho maior de divulgação para a população de Florianópolis.

## **6- Cartão Passe Rápido Idoso:**

Foi criado através do Decreto n°. 2679/04, que permite que o idoso com 65 anos ou mais ultrapasse a catraca gratuitamente, tendo acesso ao transporte coletivo.

A distribuição do Cartão Passe Rápido do Idoso é realizada através do núcleo de transportes, junto ao Terminal de Ônibus Central de Florianópolis.

O idoso solicita o cartão na Secretária de Transportes e Terminais (SETUF), estas solicitações são semanalmente encaminhadas para a empresa responsável pela confecção, na seqüência a empresa encaminha à Gerência os cartões para conferência e controle, feita por uma auxiliar administrativo, para que em seguida seja encaminhado para a distribuição junto ao Núcleo de Transportes.

No ano de 2006, segundo informações passadas no dia 08 de junho de 2007 pela auxiliar administrativa Gabriela Cardoso de Souza, que é a pessoa responsável pela conferência e controle destes cartões dentro da GAI, foram distribuídos o total de 3.652 cartões, e que para cada cartão produzido são gastos uma média de seis reais.

É importante lembrar que um mês antes do aniversário o idoso deve comparecer com o seu cartão no SETUF para fazer o recadastrado, caso não compareça, este cartão é bloqueado para uso. Esta é a forma que foi adotada para controlar o uso do cartão, pois pode ocorrer mudança de cidade, falecimento deste idoso, entre outras questões.

## **7- Concessão de Benefícios:**

A partir do segundo semestre de 2006 à GAI dispõe de mais um profissional (Assistente Social) para o atendimento específico aos Idosos do Município em situação de vulnerabilidade econômica e social que necessitam de fraldas, cesta básicas, medicamentos, cadeiras de rodas, óculos, auxílio funeral e outros. Antes este trabalho também era feito na GAI, mas não tinha um profissional específico para esta demanda.

Desta maneira, após uma avaliação feita pelo profissional, faz-se o encaminhamento da situação ao Programa de Atenção Sócio Assistencial (PASA) para a concessão do benefício solicitado. O PASA tem como objetivo geral, segundo apresentação de seminário interno da SMCAIFDS ocorrida no dia 23/05/2007, possibilitar às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social residentes no



município de Florianópolis o acesso aos benefícios e serviços básicos de assistência social.

Abaixo veremos o número de atendimentos relativo ao segundo semestre de 2006:

**Tabela 5:** Benefícios concedidos via GAI no segundo semestre de 2006

<b>Benefício</b>	<b>Quantidade</b>
Cesta básica	150
Fralda	14
Óculos	1
Medicamentos	3
Cadeira de rodas	1
Vale transporte	1
Alimentação especial	5
Auxílio moradia	19
Visitas domiciliares	29
Outros (informações e orientações)	86
<b>Total</b>	<b>309</b>

Fonte: Relatório de Atividades da GAI (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

É importante lembrar que estes números apresentados acima referem-se somente aos atendimentos efetuados pela GAI, mas há também um número bem elevado de atendimentos aos idosos realizados através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS<sup>16</sup>.

Segundo informações expressas no site do MDS, os CRAS são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de vulnerabilidade social, que prestam atendimento sócio-assistencial articulando os serviços disponíveis em cada localidade e potencializando a rede de proteção social básica.

Ainda no ano de 2006, devido a grande divulgação do atendimento desenvolvido pela GAI, teve-se um aumento pela procura destes benefícios.

<sup>16</sup> Os CRAS no Município de Florianópolis são divididos da seguinte maneira: CRAS-Central, CRAS-Continentes I, CRAS-Continentes II, CRAS-Sul e CRAS-Norte.

Constatou-se que é significativo o número de pessoas que procuram o benefício de auxílio moradia (construção ou reforma), totalizando dezenove solicitações, o que gera preocupação aos profissionais, pois no Município não há um Programa Habitacional específico para este atendimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

Como apresenta o Relatório de Atividades 2006 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006), a GAI ainda possui Programas e Projetos que estão em fase de implantação, como veremos a seguir:

### **1- Centros de Convivência:**

Construção de Centros de Convivência de abrangência regional (Norte, Sul, Leste e Continente), com capacidade para atendimento e realização de atividades e eventos para aproximadamente 800 idosos.

### **2- Cidade do Idoso:**

Busca disponibilizar um espaço de convivência, onde serão viabilizados serviços de assistência social e saúde, de atividades físicas, recreativas e sócio-educativas que venham a contribuir na autonomia, envelhecimento saudável e prevenção do isolamento social. Há uma previsão de atendimento de 5 mil idosos ao mês, e ficará localizada no antigo Terminal de Integração do Saco dos Limões.

### **3- Centro Dia para o Idoso:**

Trata-se da criação de um local para prestação de serviços de acolhimento diário com atendimento biopsicossocial ao idoso, cuja família não tenha condições para o seu cuidado. Está previsto uma quantia de 30 vagas, e ficará anexo a Cidade do Idoso.

Com isto, nota-se que questões associadas à velhice estão demandando, atualmente, esforços no sentido de manter o idoso inserido socialmente, por isso a importância de espaços que caminhem neste sentido, buscando efetivar direitos e consequentemente dando suporte para o fortalecimento da autonomia e participação deste segmento. Cabe desta forma, destacar a GAI como um destes espaços, que

possibilita um olhar diferenciado de tudo que é e será feito a esta parcela da população.

Entretanto, ainda são existentes dificuldades para um melhor desenvolvimento e execução de trabalhos na Gerência, começando pela equipe de profissionais, que perante o aumento da demanda ainda é pequena. A falta de equipamentos e informatização do trabalho também se faz presente dentro da GAI, o que dificulta ainda mais o trabalho dos profissionais ali inseridos e ainda acarreta na demora da execução dos atendimentos e na solução das diversas questões que ali surgem.

### 3 O TRABALHO COM GRUPOS DE CONVIVÊNCIA NA GAI

As questões associadas à velhice na atualidade estão suscitando um aumento significativo do número de iniciativas voltadas para pessoas idosas. Estas têm, entre seus objetivos, viabilizar esforços no sentido de manter o idoso inserido socialmente. Uma das formas de inserção do idoso na sociedade é através da formação de grupos de convivência, nos quais a pessoa idosa encontra um ambiente para colocar-se e/ou desenvolver diversas atividades.

Relembrando o que já foi colocado no capítulo anterior, a PMF começou sua atuação junto à terceira idade no ano de 1979, através da formação de Grupos de Convivência. Hoje o trabalho realizado com a população idosa do Município se dá através dos trabalhos da GAI e do apoio e representatividade do CMI.

O presente capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho, em seguida o Programa de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência no Município de Florianópolis e ao final a análise sobre facilidades e dificuldades existentes para o alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência.

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o tema, os dados, as informações e o conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência optou-se pela realização de um estudo exploratório. Segundo Gil (1995), esse permite ao investigador aumentar sua experiência em torno do determinado problema, podendo ser descritivo quando observa, registra, analisa e correlaciona fatos com os fenômenos sem manipulá-los.

No processo de construção deste trabalho ainda se adotou o método dialético. Este método tem como elementos do esquema básico a tese a antítese e a síntese. A tese é uma afirmação ou situação inicialmente dada. A antítese é uma oposição à tese. Do conflito entre tese e antítese surge a síntese, que é uma situação nova que carrega dentro de si elementos resultantes desse embate. (KONDER, 1987).

O recurso utilizado para a coleta de dados foi à realização de duas entrevistas através de um questionário elaborado com perguntas abertas (Apêndice B). Este foi aplicado junto à coordenadora e assistente social do Programa – Mônica Moraes e o outro junto à Gerente e assistente social da GAI – Dalva Maria Kaiser.

Os nomes das entrevistadas foram mencionados, pois ambas deram a permissão pra que isto viesse a ocorrer, conforme termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C).

Esclarece-se, entretanto, que o uso do questionário nas entrevistas não buscou avaliar o modo como o Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência foi pensado e formulado, ou seja, o mérito do Projeto não se constituiu em objeto de análise. Mas sim, o modo como o mesmo é desenvolvido visando alcançar os objetivos estabelecidos, seguindo como caminhos norteadores as dificuldades e facilidades encontradas pelas assistentes sociais entrevistadas.

O critério para escolha destas duas profissionais ocorreu devido ao fato de que até a presente data, os trabalhos<sup>17</sup> que abordam este tema já se detiveram em levantar a perspectiva dos participantes dos grupos. Assim, com este estudo pretende-se, analisar o alcance dos objetivos sob o ponto de vista dos profissionais que respondem pelo Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência. Estes profissionais, assim como os idosos, estão diretamente envolvidos no processo, e, portanto, são importantes fontes de informação pois possuem condições de estar identificando e analisando quais as facilidades e dificuldades encontradas para o alcance dos objetivos previstos no Projeto.

Outra técnica utilizada foi à pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou, também, como parte da pesquisa descritiva, quando é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

---

<sup>17</sup> Os trabalhos aqui referidos, dizem respeito ao levantamento realizado no mês de março de 2007, junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Departamento de Serviço Social da UFSC - vide Apêndice A. A partir do levantamento se identificou cinco monografias que abordam o tema Idoso e Grupos de Convivência na Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme já mencionado na introdução deste trabalho.



A pesquisa documental como afirma Raupp e Beuren (2003, p. 89) “pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou caracterizar-se como o único delineamento utilizado para tal. Sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas”.

Assim, a pesquisa documental, como afirma Gil (2002, p. 45),

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Por isso para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os documentos e relatórios dos programas, projetos e atividades desenvolvidos - Programa de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência, Programa Renda Extra (Lei Municipal nº. 5330/98), Projeto de Apoio às Práticas Culturais, Educativas e de Lazer/ Integração Social, Projeto Viver Ativo, Serviço Disque Idoso, Cartão Passe Rápido Idoso e a Concessão de Benefícios – além do Relatório de Atividades Anual da GAI (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006) e demais informações presentes e sobre a GAI.

Cabe ressaltar que a técnica de pesquisa documental foi de grande importância para o estudo realizado, pois possibilitou um maior contato com fontes que até então, salvo melhor juízo, não tinham recebido um tratamento analítico. Porém, faz-se importante destacar algumas dificuldades, de âmbito burocrático, para se ter acesso aos documentos, pois por diversas vezes a própria instituição não dispunha de tal material de maneira organizada e sistemática, sendo por vezes elaborado no momento que se efetuou a solicitação.

Os profissionais contatados justificaram a não disponibilidade destes documentos por razões como: perda de dados que estavam em computadores onde um backup não foi realizado, ausências de panfletos e cartilhas informativas que dispunham das informações solicitadas, alguns profissionais alegavam que as informações não existiam em documentos.



Com relação a tal situação consideramos que dada à importância dessa documentação, a mesma deveria ser arquivada sem riscos de perda, haja vista que se trata da contextualização histórica da instituição. Não ponhamos em dúvida a veracidade da justificativa exposta, porém, os cuidados para que isso não ocorra devem ser priorizados.

### 3.2 O PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

O Projeto, como mencionado anteriormente, tem como objetivo dar apoio à organização de Grupos de Convivência de Idosos do Município de Florianópolis cadastrados na GAI, e tem como objetivo desencadear processos de participação e valorização pessoal e social para o idoso em seu contexto familiar e comunitário. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

Atualmente, a GAI realiza trabalhos e atividades com cento e sete (107) grupos<sup>18</sup>, que são divididos conforme as regiões do Município: Norte com quinze (15) grupos, Sul com dezesseis (16) grupos, Leste com oito (08) grupos, Centro com quarenta e um (41) grupos e Continente com vinte e sete (27) grupos.

Os grupos de idosos atendidos pelo Projeto de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência são formados nas próprias comunidades, reunindo-se, em sua maioria, semanalmente, em equipamentos comunitários, tais como, associações, clubes sociais, centros comunitários e salões paroquiais, para realizarem atividades de artesanato, bingos recreativos, exercícios físicos, festas comemorativas e palestras educativas, além de passeios turísticos.

Os grupos atendidos apresentam a forte predominância das mulheres na sua composição, caracterizando a feminização da velhice. Segundo Camarano (2004, p. 30)

são elas que participam, mais do que os homens, de atividades extra-domésticas, de organizações e movimentos de mulheres, fazem cursos especiais, viagens e trabalho remunerado temporário. Ao

---

<sup>18</sup> As regiões que cada grupo se localiza, bem como os bairros onde se encontram as sedes destes grupos, podem ser visualizadas ao final deste trabalho – vide Apêndice D.

contrário do que fizeram na sua vida adulta, assumem, progressivamente, o papel de chefes de família e de provedoras.

Entretanto, o fato das mulheres estarem em evidencia nos Grupos, não significa simplesmente que os homens não demonstram interesse em participar destes, o que acontece é que, conforme citado no primeiro capítulo, o número de mulheres é superior ao número de homens e à expectativa de vida das mulheres também é superior ao dos homens.

Conforme citam Araújo, Coutinho e Saldanha (2005, p. 202), é provável que a maior participação das mulheres, também, aconteça

pelo fato da mulher ser mais participativa e preocupar-se com as questões relacionadas ao bem-estar, de um modo geral. Há, também, possivelmente o viés cultural, posto que atividades desta natureza fariam parte do repertório social feminino, portanto, os homens participariam de atividades como: jogos, conversas informais, dentre outros.

Para que os Grupos de Convivência serem cadastrados na GAI, alguns critérios devem ser seguidos. Critérios esses, estabelecidos pela própria Gerência, conforme documentação criada desde a implantação do Projeto, sendo eles:

Os integrantes devem residir no Município de Florianópolis; ser um grupo composto no mínimo por 30 idosos (60 anos ou mais); o grupo deve ser composto por 90% de pessoas com mais de 60 anos; dos participantes, 90% devem ser moradores da comunidade ou adjacências; devem reunir-se em instalações físicas de caráter público ou comunitário, adequadas para a realização das suas atividades; os grupos também devem estar sujeitos aos princípios/objetivos da política de atendimento ao idoso. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS).

Além disso, eles devem estar inscritos junto ao CMI, possuírem um Estatuto do Grupo e terem uma diretoria formada<sup>19</sup>. Esta diretoria deve ser composta por um presidente, vice-presidente, secretário, 2º secretário, tesoureiro e 2º tesoureiro.

---

<sup>19</sup> Também foram anexados a este trabalho: O modelo de Estatuto do Grupo (Anexo C), Fichas de cadastro do grupo (Anexo D) e Cadastro de integrantes (Anexo E).

É importante destacar que dos cento e sete (107) grupos cadastrados, quinze (15) deles não recebem todos os benefícios oferecidos pelo Projeto. Isto acontece devido a estes grupos já serem vinculados a outras instituições que suprem parte de suas necessidades, no entanto, o Projeto oferece um respaldo para questões que possam surgir no decorrer do processo de dinamização dos grupos.

Os benefícios oferecidos pela GAI aos grupos são os seguintes:

- Kit lanche: Trata-se de uma cesta mensal com produtos diversificados para que os grupos preparem seus lanches;
- Viagens: Através de subsídio financeiro no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) anual, os grupos podem estar realizando passeios e/ou viagens;
- Kit Material: repasse de material para confecção de trabalhos manuais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) anual<sup>20</sup>.

O Projeto prevê vinte e quatro atribuições de responsabilidade da GAI que devem ser desenvolvidas junto aos grupos. Para melhor identificação, elas foram divididas em: as atividades administrativas, de acompanhamento e de avaliação.

As atividades administrativas consistem em: Atualização do cadastramento dos participantes dos grupos; Repasse de material para confecção de trabalhos manuais e incentivos à sua prática como meio de valorização do potencial do idoso e o resgate do artesanato local; Contatos intersetoriais e com outras instituições para captação de recursos para manutenção dos grupos; Repasse de cesta de produtos alimentícios para lanches dos grupos (mensalmente) – kit lanche; Realização de cronograma/agenda dos grupos para a viabilização de viagens conforme demanda e Articulação com outros Municípios e/ou Estados para visita de conhecimento de outras realidades e intercâmbio de experiências entre os idosos.

Já as atividades de acompanhamento são: Discussão das normas de funcionamento dos grupos com os participantes dos mesmos, de acordo com sua realidade; Assessoria no planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos grupos; Divulgação e mobilização dos idosos para atividades de outros projetos da PMF, bem como de outras instituições (Ex: campanhas, encontros, seminários);

<sup>20</sup> Esse benefício, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) é estabelecido conforme a avaliação das necessidades postas pelos grupos, sendo, portanto, que este valor está sujeito a alterações. Todavia, o repasse deste benefício está vinculado à participação dos Grupos em uma Feira Artesanal, que acontece no final de cada ano, onde parte dos trabalhos produzidos serão expostos e comercializados.

Orientação na organização de alternativas para escoamento da produção (artesanato confeccionado pelo grupo), contribuindo para a manutenção das atividades do grupo; Divulgação e encaminhamento dos idosos para recursos comunitários, bem como aos serviços públicos existentes; Promoção e/ou realização de palestras, debates, encontros, reflexões, vídeos de temas de interesse dos grupos, dinâmicas de grupo, oficinas, de acordo com o interesse do grupo ou necessidade diagnosticada; Mobilização para participação na Associação de Coordenadoras e Voluntárias dos Grupos de Idosos; Instrumentalização dos voluntários e coordenadores que atuam junto aos grupos de convivência para melhor desempenho de suas funções, através de reuniões periódicas, cursos e oficinas; Instrução de atividades físico-recreativas, culturais e de lazer a cada reunião do grupo, por profissional habilitado, de acordo com o interesse e possibilidades do idoso; Orientação e assessoria na formação de novos grupos; Estimulo à participação de encontros intergrupais; Mobilização dos Grupos de Idosos para participação das atividades nos Centros de Convivência; Interpretação do trabalho desenvolvido junto aos grupos, na comunidade e na própria instituição e Veiculação de informações pertinentes à pessoa idosa, bem como dos aspectos bio-psico-sociais do envelhecimento.

Por último às atividades de avaliação previstas no Projeto são: Análise e Planejamento das ações a serem desenvolvidas nos grupos pela equipe do programa; Reuniões periódicas com os coordenadores e voluntários para avaliação e planejamento das atividades; Planejamento, organização e avaliação, em conjunto com os idosos, da programação de comemoração de datas festivas e encontros de confraternização e Avaliação constante das atividades nos grupos.

Assim sendo, as mobilizações destas ações podem contribuir para o planejamento e avaliação das atividades, o que pode direcionar para na construção de uma proposta de intervenção mais participativa e organizada, articulando, também, à execução do Projeto a realidade de cada grupo.

### 3.3 FACILIDADES E DIFICULDADES NO ALCANCE DOS OBJETIVOS PREVISTOS NO PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Neste sub-item apresentamos as informações obtidas no estudo exploratório, evidenciadas nas entrevistas, juntamente com a incorporação das avaliações expressas através dos seguintes documentos: Relatório de Atividades 2006 e Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência.

Através da primeira questão da entrevista procurou-se conhecer como acontece o estímulo à convivência nos Grupos de Idosos. A fala da Coordenadora do Projeto revela que a equipe pretende estruturar, nos grupos, espaços de reflexão e aprendizagem, como nota-se logo abaixo:

O estímulo à convivência nos Grupos se dá através de ações educativas e socioculturais, como a realização de palestras nos grupos ou em eventos comemorativos organizados pela GAI, bem como na divulgação de seminários com temas pertinentes à pessoa idosa, obtendo uma conotação ampliada da participação do idoso em grupos de convivência. (M.M.).

Reportando-se a Sache (1999 apud VOLKMER, 2002, p. 68) é possível verificar que a participação dos idosos em Grupos de Convivência consiste em um

[...] processo pelo qual o indivíduo efetiva as suas potencialidades transformando-as em poder pessoal, em benefício de si e dos outros seres humanos. A atitude mais fundamental da vida é sentir-se a si mesmo como uma obra que não foi acabada e que recebe, da existência, a responsabilidade primordial, pois não há outra mais importante na sua vida que a de terminá-la através do processo de auto-realização.

A segunda questão traz na fala da Gerente do Projeto como vem ocorrendo a auto-gestão e auto-determinação dos grupos:

Cada grupo possui uma estrutura própria, com leis e normas específicas que servem como base para a realização de suas atividades, assim quando alguma questão surge no grupo, como exemplo a saída de um de seus membros, este grupo deve estar



pronto para administrar a situação, tomando suas próprias decisões, buscando resoluções para isso. (D.M.K).

Notou-se acima a importância de deixar que os integrantes dos grupos resolvam as questões que venham a surgir dentro dele, criando estratégias que lhes permitam o alcance de sua independência, pois deve haver uma divisão de atribuições e papéis, pois como cita Pichon-Revière (1994 apud VOLKMER, 2002, p.42)

Um grupo é um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articulado por sua mútua representação interna, se propõe de forma explícita ou implícita à realização de uma tarefa que constitui sua finalidade, interagindo para isso através de complexos mecanismos de adjudicação e assunção de papéis.

Na seqüência das entrevistas, através da questão número três, procurou-se identificar se a questão da autonomia e da integração está presente no trabalho desenvolvido com os grupos. A Coordenadora entrevistada assim relatou:

Os grupos de idosos promovem a participação social e a integração, conscientizando a pessoa idosa da sua autonomia, e fortalecendo o exercício de sua cidadania. Neste sentido, o Projeto propõe-se a contribuir na construção da qualidade da convivência destes grupos, fomentando alternativas de atendimento condizentes com a Política Nacional e Municipal do idoso. (M.M.).

Nesse sentido Soares (1998) afirma que apenas um indivíduo autônomo alcançará o sucesso no âmbito econômico, psicológico, sócio-cultural e/ou político, pois trata-se de um indivíduo que questiona, pensa e delibera com liberdade e responsabilidade uma atividade que não foi pensada por outro sem a sua participação.

Desta maneira pode-se considerar que a convivência em grupo e as atividades de lazer podem colaborar e propiciar um equilíbrio biopsicossocial para o idoso, além do que, conforme a PNI estabelece, deve-se "assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na



sociedade” (Artigo 1º). A Política expressa ainda a importância da “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações” (Artigo 4º, § I).

Nesse sentido, reportando-se a Teixeira (2005, p. 102) “a segurança propiciada por um ambiente acolhedor, assim como a autonomia permitida por um ambiente estimulador, são ambas, necessárias ao bem estar do idoso”, o que também ficou evidenciado na fala das duas profissionais entrevistadas:

Os encontros intergrupais, em eventos ou visitação, estimulam à integração entre os grupos do município, fortalecendo a cordialidade e amizade, além de conhecimento ou trocas de experiências. (M.M.)

Visando à integração entre os idosos participantes de Grupos, a Gerência da Atenção ao Idoso além de promover eventos que garantem a participação dos Grupos do Município, viabiliza através de subsídio financeiro, a articulação com outros municípios, o intercâmbio de idosos de diferentes municípios. (D.M.K.)

A quarta questão do questionário procurou levantar qual ação do Projeto poderia se melhor trabalhada nos Grupos de Convivência, a Gerente entrevistada destacou que:

Dentre as ações previstas no Projeto considero que deve ser abordada de forma mais intensa à questão da realização de palestras e o estímulo à participação dos Grupos, além da mobilização de coordenadoras, da alternância de poder, responsabilidade e que os grupos devem além de jogar bingos, tentar introduzir outras atividades. (D.M.K.).

Esta fala faz emergir uma das dificuldades no alcance dos objetivos do Projeto, questão esta abordada na quinta pergunta da entrevista. Segundo a Coordenadora do Projeto: “em alguns grupos há resistência à alternância de atividades, sendo hoje um dos problemas, uma das dificuldades no alcance dos objetivos previstos”. (M. M.).

Nota-se, na fala acima, que alguns Grupos ainda se opõem à realização destas atividades educativas e socioculturais que tem o intuito de estimular a convivência nos Grupos. Assim, verifica-se que no trabalho realizado com os grupos, para que haja maior qualidade nos atendimentos, devem-se considerar as diferenças existentes

em cada um deles, como por exemplo, a região na qual estão inseridos, suas características, sua situação sócio-econômica, entre outros.

Outro dado constatado através das entrevistas foram as dificuldades de caráter estrutural no Projeto:

A equipe reduzida e não permanente, a falta de informatização e equipamentos adequados, a falta de veículo exclusivo para visitas aos grupos e capacitação na área das Políticas de Proteção ao Idoso e trabalhos com grupos, são dificuldades presentes no Projeto. (D.M.K.).

Uma dificuldade na execução do Projeto está no âmbito estrutural, devido a grande demanda de grupos a equipe se torna reduzida para atendê-los de forma contínua e sistemática. (M.M.).

Estas dificuldades apresentadas pelas duas entrevistadas, também foram percebidas durante a realização do estágio, pois realmente a equipe se torna pequena em relação à quantidade de Grupos existentes, desfavorecendo a continuidade no processo, tornando o atendimento emergencial, e não de acompanhamento.

Trata-se de apenas uma Assistente Social e uma estagiária de Serviço Social que tem a responsabilidade de solucionar e encaminhar distintas questões que surgem de cento e sete (107) Grupos de Convivência que envolve cerca de quatro mil idosos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006).

A falta de um carro específico para o Projeto também é outro fator que eleva o grau de dificuldade do atendimento a estes Grupos, pois a GAI disponibiliza apenas de um carro, que tem que ser utilizado por todos os outros Programas, Projetos, Serviços e atividades desta mesma Gerência<sup>21</sup>.

De modo a suprir essas questões, nota-se que a Gerente da GAI procura sempre levar, para a Secretaria em exercício, a importância e a necessidade de que haja um número maior de contratações de profissionais, bem como uma maior disponibilidade do automóvel para o Projeto. No entanto, nem sempre as solicitações são atendidas de imediato.

---

<sup>21</sup> Os Programa, Projetos, Serviços e atividades desenvolvidos pela GAI foram expostos no sub-item 2.3 deste trabalho.

A GAI, através do Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência, disponibiliza aos Grupos cadastrados a articulação com Grupos de Convivência de outras cidades, fazendo a mediação entre os grupos, agendando datas e horários para que estas visitas aconteçam, o que proporciona um momento de lazer a estes, pois o lazer é um elemento do fazer humano e tem, segundo Papaléo (2002, p. 104) “um alto significado para o desenvolvimento pessoal e coletivo da humanidade. Precisa, portanto, ser entendido em todas as suas dimensões, pois só assim levará a reflexão, à crítica, à mudança, ao questionamento e à transformação social” .

Ao abordar, através da questão número seis, se a PNI estaria sendo discutida junto aos Grupos de Convivência, obtiveram-se as seguintes respostas: “não, falta equipe específica e especializada para dar conta desta questão, bem como veículo exclusivo para realizar este trabalho”. (D.M.K.).

O trabalho desenvolvido junto aos grupos é norteado pela Política Nacional do Idoso, mas a Política em si não é efetivamente discutida dentro dos grupos, mas conforme for requisitada pelos grupos, a equipe poderá viabilizar debates, palestras, repasse de informações referentes à temática. (M.M).

O que se constatou é que o Projeto promove suas ações e direciona seus trabalhos seguindo o que preconiza a Política, mas está não foi lida ou discutida nos Grupos de Convivência.

Conforme o que foi vivenciado no período de realização do estágio dentro do Projeto, constatou-se que isto não vem ocorrendo pelo motivo de não poder ainda ser feito um acompanhamento sistemático junto a esses Grupos, pois a prioridade são as visitas de conhecimento da realidade dos grupos e também o atendimento das demandas trazidas por eles.

Na sétima e última questão da entrevista, quando perguntou-se se haveria algo para se comentar sobre a proposta do Projeto, a fala da Gerente refere-se à importância do Projeto e também da necessidade de convivência grupal, característica que está em todo ser humano, ou seja, a de estar inserido em um grupo social no qual possa interagir com outras pessoas:

Acredito que é um projeto de grande importância para as pessoas idosas, porque os mantêm ativos e integrados convivendo com outras pessoas, evitando assim o isolamento social e retardando o aparecimento de doenças, proporcionando uma longevidade com maior qualidade de vida. (D.M.K.).

A partir da concepção de que ao chegar à terceira idade tem-se uma etapa de independência, amadurecimento e período de usufruir, atribuições atreladas ao dinamismo, às atividades, ao lazer, Ferraz e Peixoto (1997), afirmam que os idosos passam desta maneira a invadir, progressivamente, os espaços públicos, criando táticas de sociabilidade que lhes permitem tecer novas relações sociais e fugir do isolamento.

Fica constatado que os elementos aqui expostos levam a crer que as ações e objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência ainda não são na sua totalidade, efetivamente trabalhados junto aos grupos, elas ainda acontecem tendo como princípio uma intervenção voltada para as ações consideradas emergentes.

É importante também destacar que diversas outras ações que levam ao alcance dos objetivos previstos no Projeto não estiveram presentes na fala das entrevistadas, como a questão das atividades de avaliação. Uma destas atividades citadas é a de avaliação constante das atividades nos grupos, o que no período de realização do estágio não se mostrou acontecer efetivamente, pois no ano de 2006, toda a programação e ações desenvolvidas pela GAI, foram levantadas e discutidas em uma reunião que aconteceu no mês de dezembro, onde só estavam presentes os coordenadores dos grupos.

Conclui-se com isto que a avaliação deveria ser feita nos grupos, assim sendo, haveria a possibilidade de uma maior participação, já que não agregaria somente os coordenadores, o que, muitas vezes, vem a restringir a exposição de idéias daqueles que, também, estão inseridos no Projeto. Assim o próprio Projeto reforça um critério de seletividade, uma vez que só uma parcela acaba por participar, indo ao desencontro do que se preconiza no Projeto, que é o estímulo à convivência, participação, e mobilização.

Assim sendo, mesmo com as dificuldades apresentadas, o Projeto, através de sua equipe e demais membros da GAI, está na busca constante da valorização da pessoa idosa, que participa dos Grupos de Convivência, como cidadão de direitos e

de deveres, que são capazes de executar múltiplas atividades, como até mesmo a coordenação de um grupo. Condição esta, que colabora para tona-los responsáveis por diversas atividades, ergue a auto-estima destes sujeitos resultando numa melhora na sua qualidade de vida.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou demonstrar as facilidades e dificuldades existentes para o alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Dinamização e Organização de Grupos de Convivência da GAI do Município de Florianópolis, através de uma análise que teve como base as entrevistas realizadas com a Coordenadora do Projeto Mônica Moraes e com a Gerente da GAI, Dalva Maria Kaiser. Como mencionado anteriormente, com este estudo pretendeu-se analisar o alcance dos objetivos sob o ponto de vista dos profissionais que respondem pelo Projeto.

Os dados demográficos utilizados no trabalho mostram que o segmento de pessoas com sessenta anos ou mais tem crescido de forma extraordinária no Brasil, com perspectivas de que em 2050 esta faixa etária da população corresponda a cerca de 15% da população total.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o processo de envelhecimento é individual, ocorrendo de diversas maneiras, no qual o ambiente físico, político e cultural em que os indivíduos estão situados podem facilitar ou dificultar o processo de adaptação, precipitando ou retardando o envelhecimento.

No que diz respeito a Políticas Públicas voltadas para população idosa, notou-se que a partir da Constituição Federal de 1988, muito se avançou na questão do envelhecimento populacional, pois é nela que o idoso aparece pela primeira vez, de forma legal, como cidadão e sujeito de direito. Mais a grande conquista nesta área ocorreu com a promulgação do Estatuto do Idoso, que entrou em vigor no ano de 2004. No entanto, ainda há a necessidade de que estas leis destinadas a este segmento da população estejam mais presentes no cotidiano dos idosos.

No Município de Florianópolis a Política de Atenção à Pessoa Idosa ocorre através da GAI, por meio de seus Programas, Projetos, Serviços e Atividades desenvolvidas, e também através do Conselho CMI de Florianópolis.

Entre os Projetos desenvolvidos na GAI, o Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência busca desencadear processos de participação e valorização pessoal e social para o idoso em seu contexto familiar e comunitário.

Desta forma, confirmou-se, através dos depoimentos das profissionais entrevistadas, algo que enquanto estagiária também constatamos, ou seja, a



importância e o sentido que os Grupos de Convivência possuem na vida dos idosos participantes.

Entre as dificuldades presentes no Projeto, é relevante se destacar a insuficiência de recursos humanos e materiais necessários para uma melhor execução do Projeto.

Neste sentido, sugere-se a contratação de mais profissionais habilitados, no caso, um Assistente Social, um Psicólogo e um Auxiliar Administrativo, pois o Projeto só conta com uma Assistente Social e uma Estagiária de Serviço Social, o que leva a uma defasagem do atendimento, já que quando a assistente social sai para a realização de uma visita, o Projeto fica sem ter como oferecer suporte para aqueles que procuram atendimento no setor.

Outra sugestão se refere à disponibilidade de um carro próprio para o Projeto, para que as visitas e o acompanhamento aos Grupos aconteçam de forma mais freqüente. Também, a informatização do Projeto deveria se dar através de um programa específico que possibilitasse um acompanhamento, um conhecimento e controle maior sobre os grupos e idosos que deles participam. Com isto poderá ser realizado junto aos Grupos um trabalho mais sistemático e constante, gerando nesse sentido atendimentos mais eficazes.

Outra questão detectada com a pesquisa diz respeito às avaliações dentro do Projeto, que conforme foi exposto, não ocorreu de forma efetiva, principalmente as avaliações junto aos membros dos grupos, que são os principais atores deste processo. Assim, pensa-se que a realização de reuniões periódicas para avaliação, planejamento e programação dos trabalhos, de maneira que aborde o grupo como um todo, e não só uma parcela como vem ocorrendo (no caso os coordenadores), é importante, pois estar ouvindo a todos os integrantes seria uma boa alternativa para que houvesse maior integração e participação.

Cabe ressaltar, que mesmo diante destes fatores expostos acima, a GAI, com as condições que dispõe para realização de trabalhos junto aos Grupos de Convivência, procura através do trabalho realizado alcançar seus objetivos, assim como os destes grupos, tentando atender na medida do possível os seus pedidos de diferentes formas e alternativas.

Um ponto a ser destacado, é a importância de espaços como a GAI como campo e estágio, principalmente na área do Serviço Social, pois a questão do Idoso ainda é pouco abordada dentro do Curso, assim, as experiências que podem ser

vivenciadas ali dentro possibilitam o conhecimento de um novo universo que implica na busca por novas informações, no qual se pode garantir um processo de permanente articulação entre a teoria e a prática.

Sendo assim, ações como as realizadas pelo Projeto de Apoio à Dinamização e Organização de Grupos de Convivência, objetivam levar aos idosos uma velhice mais saudável, independente e autônoma. Isto poderia acontecer de forma mais efetiva se houvesse entre ambos uma melhor articulação, pois poderiam juntos arregimentar forças, compartilhar conhecimentos e situações vivenciadas, o que contribuiria para que se tornassem cidadãos conscientes e determinados. Trazendo assim, como sugestão, nesse contexto, a possibilidade destes aspectos serem tema de estudo a ser desenvolvido futuramente.

Enfim, fica claro que ainda não há uma participação efetiva da população nas questões que os envolvem. E para que isso se torne mais fácil, seria importante estar promovendo espaços de debate sobre seus direitos e deveres. A presença de alguém com mais conhecimento pode contribuir significativamente, sendo que a inserção do profissional de Serviço Social juntamente com os demais sujeitos envolvidos proporcionará avanços para uma maior equidade e a justiça social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.F; COUTINHO, M.P.L; SALDANHA; A.A.W. Análise comparativa das representações sociais da velhice entre idosos de instituições geriátricas e grupos de convivência. **Revista Psico**, Vol. 36, n. 2, p.197-204. maio/agosto 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/psico/revistapsico/volume36/P36-2p197-204.pdf>>. Acesso em: 08/07/2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA (ANG). Disponível em: <<http://ang-rj.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 11/06/2007.

AUGUSTINE, Fernando Coruja. **Introdução ao direito do idoso**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 75, p. 19 – 34. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**. Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Congresso Nacional. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional do Idoso**. Lei Federal nº. 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Brasília – DF: Ministério da Justiça, Secretária Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Brasília – DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº. 10.741 de 01 de outubro de 2003. Brasília – DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, setembro de 2004.

COUTINHO, Amanda de Azevedo. **Um olhar sobre a prática conselheira no Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERRAZ, A. F. e PEIXOTO, M. R. B. Qualidade de vida na velhice: estudo em uma instituição pública de recreação para idosos. **Rev. Esc. Enf. USP**. vol. 31, n. 2, 1997.

FLORIANÓPOLIS. **Política Municipal do Idoso**. Lei Municipal nº. 5.371 de 24 de setembro de 1998. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1998.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**, 2000.

\_\_\_\_\_. **População e Domicílios - PNAD 2005**, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em: 10/05/2007.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Col. Primeiros Passos, n. 23.

KORN, Simone. Viver Ativo – Atividades Físicas para Idosos nas Comunidades. In: **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**. Vol. 9, Suplemento 1, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Secretaria Nacional da Assistência Social. (Versão preliminar). Brasília – DF: 2006.

\_\_\_\_\_. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: 13/05/2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social. Contribuição para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 57, p. 120. São Paulo: Cortez, 1997.

PAPALÉU, Matheus Netto. **Gerontologia – A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 13/05/2007.

\_\_\_\_\_. **Projeto “Disque-Idoso”**. Gerência de Atenção ao Idoso, Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Atividades 2003** – Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social: ed. Janeiro/2004.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Atividades 2006** – Gerência de Atenção ao Idoso, dezembro/2006.

\_\_\_\_\_. **Critérios para Atendimento dos Grupos de Convivência na Gerência de Atenção ao Idoso**. Gerência de Atenção ao Idoso.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SALVATTI, Ideli. **Estatuto do Idoso**. Brasília – DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 2004.

SILVA, Ana Cristina da. **Negligência ao idoso no contexto familiar: um estudo dos casos denunciados ao Projeto Disque-Idoso de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Maria Izabel da. **O Processo de Socialização dos Idosos nos Grupos de Convivência em Florianópolis: Uma Análise da Eficácia.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOARES, Holgonsi. **A importância da autonomia.** Jornal A Razão, Santa Maria, 25 jun. 1998. Disponível em:  
<<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.autonomia3.html>>. Acesso em: 03/07/2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2007. Disponível em: <[www.sbgg.org.br](http://www.sbgg.org.br)>. Acesso em: 08/05/2007.

SOMCHIDA A.; FERNANDES F. C. **Saúde e Qualidade de Vida na Terceira idade: Uma Introspecção dos Idosos Institucionalizados.** Monografia apresentada ao curso de especialização da ABO – DF. Brasília, 2003.

TEIXEIRA, M.B. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde.** Dissertação (mestrado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002.

TÓTORA, Silvana. Controle Democrático: Papel dos Conselhos. In: **1ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.** Conclusões. Construindo a Rede Estadual de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Santa Catarina, 2006, p. 35-36.

VOLKMER, Julie C. **A Prefeitura Municipal de Florianópolis e os Grupos de Terceira Idade: Uma Visão do Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.



## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Levantamento realizado no mês de março de 2007, junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Departamento de Serviço Social da UFSC que abordam o tema Idoso e Grupos de Convivência na Prefeitura Municipal de Florianópolis

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Foco</b>
PROMOÇÃO SOCIAL DO IDOSO NO RIBEIRÃO DA ILHA	Joanilde Nuemberg e Regina Maria Cysne	1979	Formação de grupos de convivência – Ribeirão da Ilha. Papel do Serviço Social nos grupos de convivência.
GRUPO DE CONVIVÊNCIA PARA TERCEIRA IDADE: UMA BUSCA DO SENTIDO DE SER E EXISTIR	Irma Silva Rollin	1998	Verificar se o atendimento aos idosos através de grupos, enquanto política pública, promove um desenvolvimento biopsicossocial, uma maior valorização e melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.
O GRUPO DE CONVIVÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA NA AUTODETERMINAÇÃO DO IDOSO	Ione Bernadete Balzaretto Sachet	1999	Grupos de convivência como instrumento de política pública, espaço de cidadania e uma alternativa de atendimento à pessoa idosa.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS E OS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE: UMA VISÃO DO SERVIÇO SOCIAL	Julie Cristine Volkmer	2002	Experiência do Serviço Social junto aos idosos de 3 grupos que participam do Projeto de Assessoria aos Grupos.
O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS IDOSOS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA	Maria Izabel da Silva	2004	Analisar a eficácia do Programa de Atenção a Terceira Idade junto aos grupos de convivência vinculados a Prefeitura Municipal de Florianópolis (Foram estudados 2 grupos).

**APÊNDICE B – Questionário utilizado nas entrevistas**

**Estudo exploratório sobre as dificuldades e facilidades do alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência.**

**IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:

Idade:

Data em que iniciou o trabalho com Grupos de Idosos na GAI:

**- QUESTIONÁRIO -**

- 1 – Como acontece o estímulo à convivência nos Grupos de Idosos?
- 2 – O que vem sendo realizado visando à autogestão e autodeterminação dos grupos?
- 3 – A questão da autonomia e da integração estão presentes no trabalho desenvolvido com os grupos? O que vem sendo realizado para que haja uma maior integração e autonomia dos idosos que participam dos grupos?
- 4 – Dentre as ações que englobam o Projeto, qual você acha que deve ser melhor trabalhada com os grupos? Por quê?
- 5 – Em sua opinião, quais são as facilidades e dificuldades existentes no alcance dos objetivos do Projeto? Por quê?
- 6 – Sobre a PNI, você acha que ela está sendo discutida e seus objetivos evidenciados junto aos grupos de convivência? Em caso de afirmativo, como isso vem ocorrendo? Se negativo, por quê?
- 7 – Há algo que você gostaria de comentar sobre a Proposta do Projeto?



**APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Rosana Martinelli de Carvalho Freitas, cujo objetivo é identificar as facilidades e dificuldades no alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência, da Gerência de Atenção ao Idoso Do Município de Florianópolis.

Sua participação envolve uma entrevista que será baseada em um questionário com perguntas abertas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa não serão omitidas informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante:

Mirelli Pospichil Rios



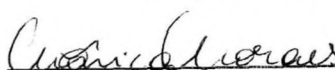
Matrícula: 03216284

Florianópolis, 26 de junho de 2007.

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

Nome e assinatura do participante:

Mônica Moraes



Florianópolis, 26 de junho de 2007.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Rosana Martinelli de Carvalho Freitas, cujo objetivo é identificar as facilidades e dificuldades no alcance dos objetivos previstos no Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência, da Gerência de Atenção ao Idoso Do Município de Florianópolis.

Sua participação envolve uma entrevista que será baseada em um questionário com perguntas abertas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

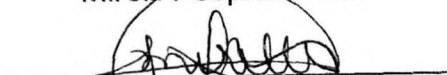
Na publicação dos resultados desta pesquisa não serão omitidas informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante:

Mirelli Pospichil Rios



Matrícula: 03216284

Florianópolis, 26 de junho de 2007.

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

Nome e assinatura do participante:

Dalva Maria Kaiser



Florianópolis, 26 de junho de 2007.

**APÊNDICE D** – Relação de Grupos de Convivência cadastrados na GAI do Município de Florianópolis por região

**CENTRO – 41 GRUPOS:**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>BAIRRO</b>
A GRANDE FAMÍLIA	CENTRO
ALEGRIA	CAEIRA DO SACO DOS LIMÕES
ALEGRIA DE VIVER	PRAINHA
AMIZADE	CENTRO
AMOR À ILHA	TRINDADE
AMOR E BONDADE	CENTRO
APOSTOLADO DA ORAÇÃO DO SAGRADO CORACÃOA DE JESUS	TRINDADE
CINCO DE MAIO	TRINDADE
CLUBE DA EXPERIÊNCIA	TRINDADE
CLUBE DA TERCEIRA IDADEDE SANTA CATARINA	CENTRO
CORAÇÕES ALEGRES	CENTRO
ESPERANÇA	CENTRO
FAMÍLIA FEILIZ	CENTRO
FELICIDADE	CENTRO
GERAÇÃO 95 - FUSESC	CENTRO
GRUPO AMIZADE DA TERCEIRA IDADE	AGRONÔMICA
GRUPO DA TERCEIRA IDADE PAULA RAMOS	TRINDADE
MUSICOTERAPIA – GEAP	CENTRO
NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM	SACO DOS LIMÕES
NOVO HORIZONTE – FUSESC	CENTRO
PERSEVERANÇA – APAS/FIESC	CENTRO
RAIO DE SOL	CARIANOS
RENASCER – FUSESC	CENTRO
RENOVAÇÃO – FUSEC	CENTRO
RAIO DE LUZSANTANA	CENTRO
SANTANA	AGRONÔMICA
SOCIEDADE ASSISTENCIAL VICENTINA	CENTRO
UNIÃO	SACO DOS LIMÕES
VIDA NOVA – FUSESC	CENTRO
VIDA – SESC	PRAINHA
FRATERNIDADE – SESC	PRAINHA
AMIZADE – SESC	PRAINHA
VIDA NOVA – SESC	PRAINHA
VIDA CONTINUA – SESC	PRAINHA
RENASCER – SESC	PRAINHA
REVIVER – SESC	PRAINHA
ESPERANÇA – SESC	PRAINHA
VIDA A VIDA – SESC	PRAINHA
NOVA LUZ – SESC	PRAINHA
ESPAÇO LIVRE – APCELESC	CENTRO
SOL E MAR - APCELESC	CENTRO



**NORTE – 15 GRUPOS:**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>BAIRRO</b>
ALEGRIA DE VIVER	JURERÉ
AMIZADE	JOÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS ESPERANÇA	INGLESES
CANTINHO DA AMIZADE	PONTA DAS CANAS
ECOLOGIA DA TERCEIRA IDADE DE RATONES	RATONES
GRUPOS DE IDOSOS ITELVINA	RIO VERMELHO
IDADE DOURADA	VARGEM PEQUENA
LIBERDADE.COM/ALEGRIA	JURERÉ
LUZ AO PÔR DO SOL	VARGEM GRANDE
NOSSA SENHORA APARECIDA	SAMBAQUI
NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	CANASVIEIRAS
RENASCER CANASVIEIRAS	CANASVIEIRAS
RENASCER SANTO ANTÔNIO	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA
RENOVAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE	MONTE VERDE
VIDA E ESPERANÇA	MONTE VERDE

**SUL – 16 GRUPOS:**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>BAIRRO</b>
ALEGRIA	ALTO DO RIBEIRÃO
AMIGAS DA FRATERNIDADE – SEOVE	CAMPECHE
AMIZADE	PÂNTANO DO SUL
AMIZADE DA COSTEIRA DO RIBEIRÃO	COSTEIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA
AMOE E UNIÃO	RIBEIRÃO DA ILHA
COM VIVÊNCIA	MORRO DAS PEDRAS
ESPERANÇA GRUPO DAS SENHORAS DOS PESCADORES DA PRAIA DA ARMAÇÃO	ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL
FAZENDA DO RIO TAVARES	CAMPECHE
FELICIDADE CAMPECHE	CAMPECHE
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - COSTA DE DENTRO	COSTA DE DENTRO
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - RIO TAVARES	RIO TAVARES
SÃO JOSÉ DA COSTEIRA	COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ
SÃO PEDRO	COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ
SEMPRE UNIDOS DA TAPERÁ	TAPERÁ
TREVO	ALTO RIBEIRÃO
UNIDOS DO CANTO	RIBEIRÃO DA ILHA

**LESTE – 8 GRUPOS:**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>BAIRRO</b>
GIPAN – GRUPOS DE IDOSOS DO PANTANAL	PANTANAL

HORTO FLORESTAL	CÓRREGO GRANDE
LAGOA FORMOSA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
NOVAS AMIGAS 4 DE MAIO	PANTANAL
PAZ E AMOR	CÓRREGO GRANDE
PRIMAVERA	BARRA DA LAGOA
RECORDAÇÕES	PANTANAL
SANT'ANA	ITACORUBI

**CONTINENTE – 27 GRUPOS:**

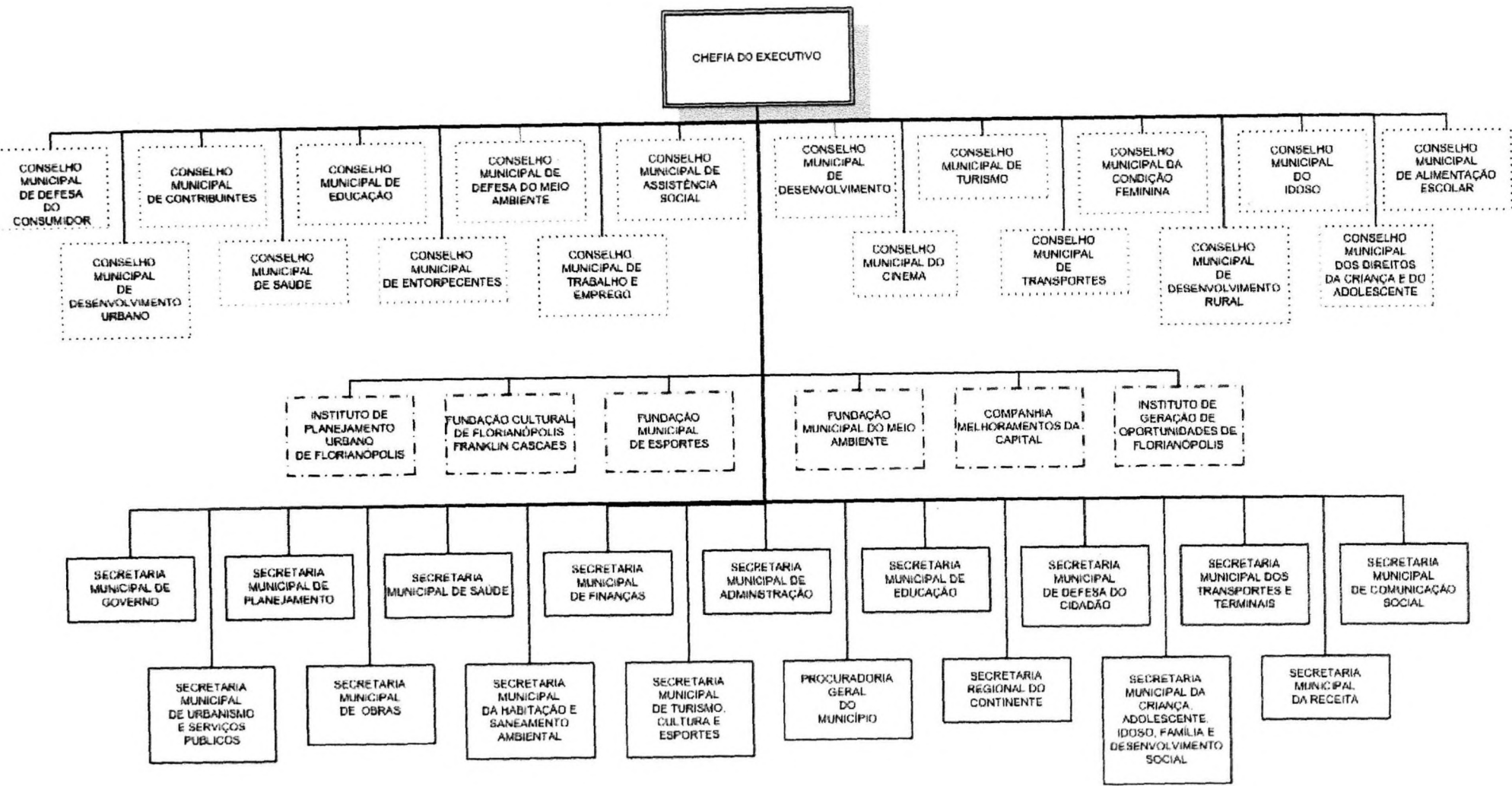
<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>BAIRRO</b>
ALEGRIA	VILA APARECIDA
AMIGAS DE SANTA TEREZINHA	ESTREITO
AMIGAS UNIDAS	COLONINHA
AMIZADE	CAPOEIRAS
AMOE E LIBERIDADE	COLONINHA
BOM JESUS	ABRAÃO
ESPERANÇA	COLONINHA
GIRASSOL	COQUEIROS
GRUPO DA AMIZADE	JARDIM ATLÂNTICO
GRUPO DE IDOSOS SANTO DOM ORIONE	CAPOEIRAS
GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS LAR FABIANO DE CRISTO	CAPOEIRAS
GRUPO DE CONVIVÊNCIA RAINHA DA GLÓRIA	BALNEÁRIO
GRUPO DE IDOSOS MORADIA E CIDADANIA	CAPOEIRAS
IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	ABRAÃO
NOSSA SENHORA APARECIDA	CAPOEIRAS
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	ESTREITO
NOSSA SENHORA DO CARMO	COQUEIROS
RENASCER	JARDIM ATLÂNTICO
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	COLONINHA
SÃO JUDAS TADEU	COQUEIROS
SENHORAS ATIVAS DO PANORAMA	MONTE CRISTO
SÓ AMOR	COQUEIROS
UNIÃO	COLONINHA
UTOPIA	COLONINHA
VOLUNTARIADO ODILON BARTOLOMEU VIEIRA	CAPOEIRAS
AMIZADE – SESC	ESTREITO
FELICIDADE – SESC	ESTREITO

**ANEXOS**

**ANEXO A – Organograma da Prefeitura Municipal Florianópolis e da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



**LEGENDA**

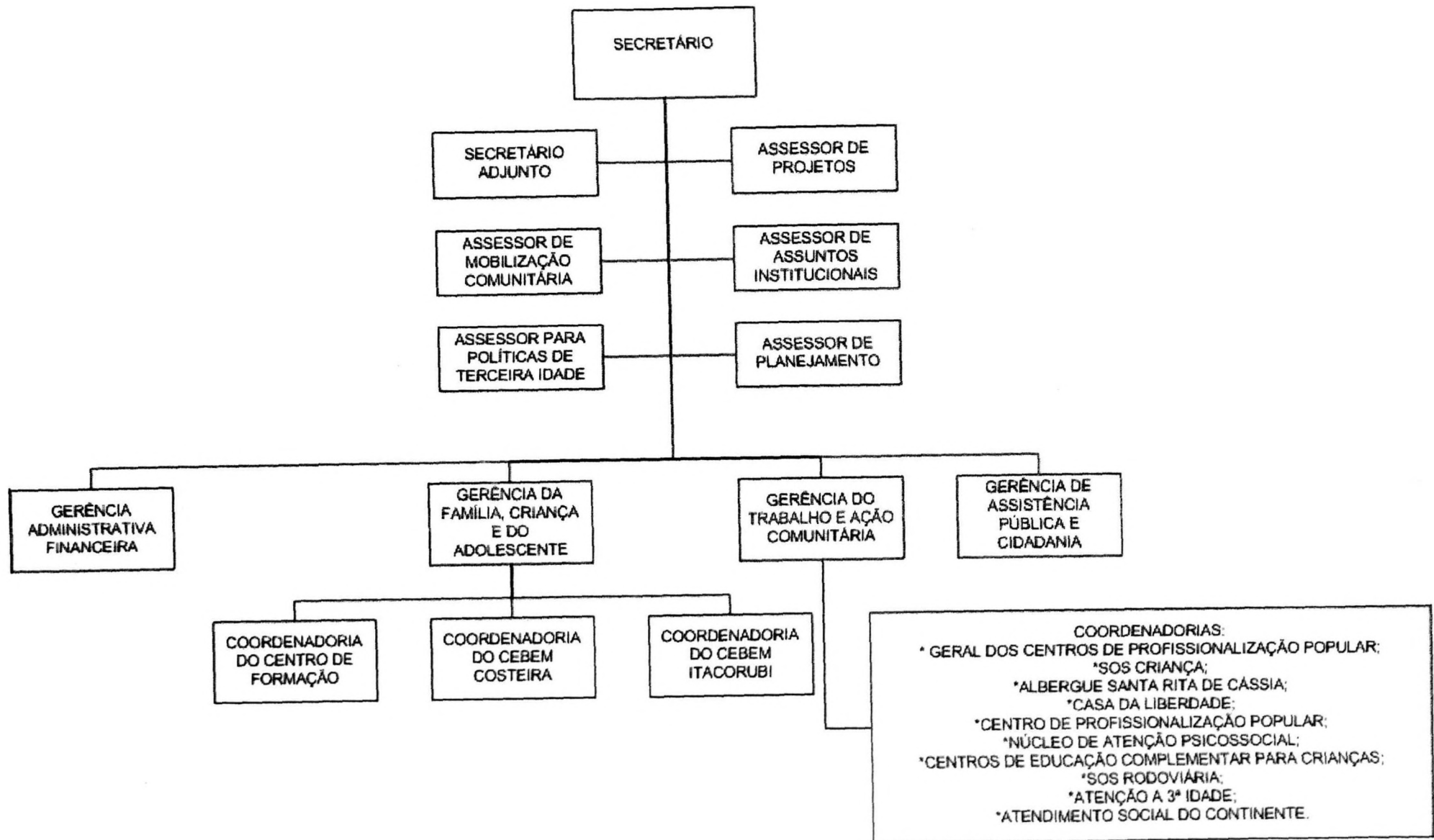
ADMINISTRAÇÃO DIRETA —————

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - - - - -

ORGÃOS COLEGIADOS - - - - -



# SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**ANEXO B** – Cronograma e Comunicação Interna dos seminários internos da  
Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento  
Social



Cronograma de apresentações:

16/05	18/05	23/05	25/05 *	01/06
Gerência da Criança e Adolescente – Proteção Social Básica	Gerência da Criança e Adolescente – Proteção Social Especial	Gerência da Família – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Gerência de Atenção ao Idoso – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	Gerência Administrativa/ Financeira e Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

Metodologia do Eventos:

Os Encontros acontecerão as quartas e sextas-feiras, no período vespertino.

A exposição dos serviços/programa/projetos será de responsabilidade de cada Gerência, conforme o cronograma de apresentações (acima). Cada programa/serviço será apresentado pelo coordenador e/ou técnico com 30 minutos, contemplando os seguintes tópicos:

1. Apresentação (corpo técnico, tipo de atendimento, serviços oferecidos e objetivos); G. A. S.
2. Características do público beneficiário (incluindo forma de acesso ao serviço, público atendido, demanda reprimida – se existir);
3. Principais parcerias;
4. Resultados alcançados (ano base 2006);
5. Dificuldades encontradas (ano base 2006) – técnico-operacionais; administrativas e financeiras;
6. Propostas para 2007; e,
7. Pontuar justificativas e orçamento para 2008.

Atenciosamente,

  
LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Gerente do Planejamento, Monitoramento e Avaliação



Comunicação Interna

Data: 14/05/2007

N. 050/2007

**De:** Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - SMCAIFDS

**Para:** Gerência da Criança e do Adolescente – SMCAIFDS  
C/C Gerência Administrativa, Gerência Financeira, Gerência da Família,  
Gerência do Idoso e Gabinete do Secretário Adjunto.

**Assunto:** Seminário Interno da SMCAIFDS

De acordo com as informações anteriores, o Seminário Interno iniciará nos próximos dias, sendo que neste momento solicitamos informações sobre o número de participantes de sua Gerência, a ser informado até o dia 15 de maio, impreterivelmente.

Informamos abaixo sobre os locais de realização do evento:

DATA	LOCAL
16/05	SERTE – Agronômica
18/05	Centro de Capacitação Continuada – Rua Ferreira Lima
23/05	SERTE – Agronômica
<del>35/05</del> 25/05	Centro de Capacitação Continuada – Rua Ferreira Lima
01/06	Auditório da FECOMÉRCIO

Atenciosamente,

  
LUCIANA PEREIRA DA SILVA

**ANEXO C – Modelo de Estatuto para Grupos de Convivência**

# **ESTATUTO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx DA COMUNIDADE DE xxxxxxxxxxxxxx**

## **CAPÍTULO I**

### **Estrutura e Finalidade do Grupo**

Art. 1º - O Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede e foro no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, fundado em xxx de xxxxxx de 19xx, é uma associação civil, de direitos privados, sem fins econômicos, regido por esse Estatuto e pelas disposições legais que forem aplicáveis.

§ 1º . O grupo terá duração por tempo indeterminado e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

§ 2º . O grupo não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 2º . O Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx tem por finalidades:

II - Promover a valorização do idoso;

II - Propiciar momentos de reação e lazer bem como desenvolvimento de habilidades artísticas, manuais e psico-motoras;

III - Congregar idosos estimulando a união e a solidariedade entre os mesmos;

IV - Manter intercâmbio com outros grupos congêneres e afins, permitindo trocar experiências e unindo esforços na busca de soluções para os seus problemas.



Parágrafo único. O Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

Art. 3º - O Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx será composto dos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II– Diretoria:

- a) Presidente
- b) Vice-presidente
- c) 1º e 2º Secretários
- d) 1º e 2º Tesoureiros

## **CAPÍTULO II**

### **Da Assembléia Geral**

Art. 4º - A Assembléia Geral é o órgão soberano do grupo, e se constituirá pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 5º – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I – Eleger a Diretoria;
- II – Destituir os membros da Diretoria;
- III – Aprovar as contas do grupo;
- IV – Alterar o presente Estatuto Social;
- V – Deliberar sobre a extinção do grupo;
- VI - Apreciar contas;
- VII – Eleger seus representantes;
- VIII – Outros de interesse do grupo.

Art. 6º - Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária :

I - Assembléia Ordinária será realizada para prestação de contas e eleição dos membros da Diretoria.

II - Assembléia Extraordinária será realizada sempre que for necessária para apreciar decidir proposição de interesse geral.

Art. 7º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 8º - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede do grupo, por carta enviada aos associados ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único – A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados presentes e, em Segunda convocação, meia hora depois, seja qual for o número de associados presentes.

Art. 9º - Todas as deliberações da Assembléia Geral deverão ser aprovados pela maioria simples dos votos dos associados presentes.

Parágrafo único – Para as deliberações referentes a: alterações estatutárias, destituição de membros da Diretoria e dissolução da associação, exige-se o voto de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembléia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados plenos, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 10 - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente da Diretoria, sendo garantido a um quinto dos associados o direito de promovê-la.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Composição e Competência da Diretoria**

Art. 11 - O Grupo será administrado por uma Diretoria composta por: Presidente, Vice-presidente, Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário e 2º Secretário.

§ 1º - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral, dentre os sócios em pleno gozo em seus direitos com mandato de 2 (dois) anos a contar da 2ª quinzena de março da respectiva eleição;

§ 2º - Na falta de pessoas em número suficiente para composição da diretoria podem ser suprimidos os cargos de Vice-presidente, 2º Secretário e 2º Tesoureiro por um mandato de 4 (quatro) anos.

§ 3º - A Diretoria no todo ou em parte poderá ser substituída por decisão de Assembléia Geral quando constatado desvirtuamento de suas funções.

§ 4º - Em caso de vacância em qualquer cargo, o qual não haja substituto legal, caberá a Assembléia Geral eleger um substituto.

Art. 12 - Compete à Diretoria

I - Estimular a formação de comissão Especiais para a realização de tarefas específicas e transitórias, orientando quando necessário o trabalho das mesmas;

II - Executar o programa de trabalho juntamente com o Grupo;

III - Propor ao Grupo quando necessário, alteração no programa de trabalho sempre acompanhada de exposição de motivos e que deverá ser submetido à homologação da Assembléia Geral;

IV - Realizar despesas e autorizar pagamentos de acordo com o Regimento Interno e o programa de trabalho aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo único – A Diretoria se reunirá, pelo menos uma vez por mês.

Art. 13 – Compete ao Presidente:

- I - Representar o Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxx, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - Assinar com o Tesoureiro contratos, cheques e quaisquer outros documentos que implicam em obrigações sociais e financeiras;
- III - Coordenar as Assembléias Gerais;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno.
- V – Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores do grupo;
- VI – Representar para a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas do Grupo;
- VII – requisitar à diretoria do Grupo, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pelo grupo.

Art. 14 - Compete ao 1º Secretário, substituindo em faltas e impedimentos pelo 2º Secretário:

- a) Comparecer semanalmente às reuniões;
- b) Colaborar nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo apresentado idéias, sugestões e serviços que vierem ao encontro dos objetivos do mesmo;
- c) Cumprir com responsabilidade as incumbências que lhe forem atribuídas.

Art. 15 - Compete ao 1º Tesoureiro e em suas faltas e impedimentos, pelo 2º Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente contratos, cheques e quaisquer outros documentos que implicam em obrigações sociais e financeiras;
- b) Controlar a arrecadação da renda social;
- c) Fornecer à Diretoria e ao Grupo relatório da situação financeira;
- d) Apresentar previsões e orçamento financeiro;
- e) Cumprir e fazer cumprir as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 16 - Não será remunerado e exercício das funções dos membros da Diretoria, bem como dos voluntários.

## **CAPÍTULO IV**

### **Dos Associados, seus Direitos e Deveres**

### **Dos Associados, seus Direitos e Deveres**

Art. 17 – O Grupo é constituído por número limitado de associados, de acordo com seu Regimento Interno, que compartilhem os objetivos e princípios do Grupo.

Art. 18 – Constituem-se direitos dos associados:

- a) Requerer convocação da Assembléia justificando convenientemente o pedido;
- b) Votar e ser votado;
- b) Participar de todas as atividades sociais e culturais do Grupo;
- c) Participar e tomar parte, com direito a voz, na Assembléia Geral.

Art. 19 – Constituem-se deveres dos associados:

- a) Cumprir pontualmente com os compromissos que contraírem com o grupo;
- b) Zelar pelos interesses morais e materiais do grupo;
- c) Cumprir fielmente as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pela Assembléia Geral ou pela Comissão Coordenadora;
- d) Comparecer às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, quando convocadas;
- e) Solicitar, por escrito, o desligamento do grupo, quando de seu interesse.

Art. 20 - Poderá ser admitido no Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxx pessoa que corresponda aos seguintes critérios:

- a) Ter idade mínima de 60 (sessenta) anos;
- b) Ser morador da comunidade de xxxxxxxxxx e proximidades;
- c) Existir vaga para sua admissão no Grupo, conforme normas previstas no Regimento Interno.

Art. 21 - Poderá ser excluído do Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxx, havendo justa causa, o associado que descumprir o presente Estatuto ou praticar qualquer ato contrário ao mesmo, bem como ao Regimento Interno.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Eleições**

Art. 22 - As eleições para o cargo da Diretoria do Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxx dar-se-á de 2 (dois) em 2 (dois) anos, podendo haver reeleição por apenas mais um mandato conforme determinar.

Parágrafo único - A eleição será realizada por votação secreta.

### **Das Fontes de Recursos**

Art. 23 - Constituem fontes de recursos do grupo:



I – As doações e dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concebidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens;

II – Receita proveniente de contratos, convênios e termos de parceria celebrados com pessoas física e jurídica, de direito público ou privado;

III – Rendimentos financeiros e outras rendas eventuais.

### **Do Patrimônio Social**

Art. 24 - O patrimônio será constituído pelas contribuições dos sócios ou de terceiros, rendas, donativos, subvenções, doações, convênios ou qualquer outro auxílio recebido e pelos bens móveis e imóveis que vier a possuir.

§ 1º - Somente a Assembléia Geral poderá resolver sobre a aquisição de bens móveis, contratação de empréstimos ou qualquer forma de compromisso que será destinado única e exclusivamente ao Patrimônio Social.

§ 2º - No caso de dissolução do Grupo, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade de fins não econômico, com o mesmo objetivo social.

### **Das Disposições Finais**

Art. 25 - O Regimento do Grupo poderá ser reformulado de todo ou em parte pela Assembléia Geral.

Art. 26 - O grupo extinguir-se-á quando não preencher suas finalidades, cabendo esta solução também a uma Assembléia Geral.

Art. 27 - O exercício social corresponde ao ano civil, com recesso de 3 (três) meses: dezembro, janeiro e fevereiro.

Art. 28 - Poderá ser previsto no Regimento Interno a criação de Departamentos e Órgãos Auxiliares.

Art. 29 - O presente Estatuto constitui-se a carta máxima que regerá a vida do **Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, do xxxxxxxxxx, SC.

Art. 30 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de sua aprovação em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 31 - O Grupo da Terceira Idade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

Art. 32 - Não percebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 33 - Casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Florianópolis, xx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 200x.

\_\_\_\_\_  
Presidente do Grupo

\_\_\_\_\_  
Advogado

**ANEXO D – Ficha Cadastral dos Grupos de Convivência**



SECRETARIA  
DA CRIANÇA,  
ADOLESCENTE,  
IDOSO, FAMÍLIA E  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
GERÊNCIA ATENÇÃO AO IDOSO

**FICHA CADASTRAL 2007**  
**GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS**

Nome do Grupo: \_\_\_\_\_  
Dia (s) da semana que o Grupo se reúne: \_\_\_\_\_ horário: \_\_\_\_\_  
Sede do Grupo: \_\_\_\_\_ Fone da Sede: \_\_\_\_\_  
Endereço completo: Rua: \_\_\_\_\_  
Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_  
Instituição à qual o Grupo está vinculado: \_\_\_\_\_  
Número de integrantes idosos no Grupo: \_\_\_\_\_ Nº de voluntárias (idade inferior a 60 anos) no Grupo: \_\_\_\_\_ Idade das voluntárias: \_\_\_\_\_  
Atividades desenvolvidas no Grupo: ( ) Artesanato ( ) Bingo ( ) Passeios ( ) Atividade Física ( ) Outras \_\_\_\_\_  
Benefícios que o Grupo recebe: ( ) Kit Lanche ( ) Materiais para Trabalhos Manuais ( ) Subsídio para Viagem / Passeio ( ) Participação nos Eventos  
Documentos do Grupo: ( ) Estatuto ( ) Regimento Interno ( ) Inscrição no Conselho Municipal do Idoso ( ) CNPJ ( ) Outros \_\_\_\_\_  
Data da última eleição de coordenador (a): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data prevista para próxima eleição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**DADOS DA COORDENAÇÃO**

Nome do(a) coordenador(a): \_\_\_\_\_  
Endereço completo: Rua: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_  
Fone/Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

**Informações na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social - Gerência de Atenção ao Idoso - Av. Mauro Ramos nº1277, Centro - Fone: 32516201.**

**ANEXO E – Ficha cadastral dos integrantes dos Grupos de Convivência**

NOME DO(A) PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

NOME DO GRUPO: \_\_\_\_\_

PARTICIPA A QUANTO TEMPO? \_\_\_\_\_

PARTICIPA EM OUTROS GRUPOS? QUAIS?  
\_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ SEXO: ( )FEM ( )MASC

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

PROBLEMAS DE SAÚDE? QUAIS? \_\_\_\_\_

MORA SOZINHO(A)? ( )SIM ( )NÃO

FONE DE EMERGÊNCIA / CONTATO: \_\_\_\_\_

NOME DO(A) PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

NOME DO GRUPO: \_\_\_\_\_

PARTICIPA A QUANTO TEMPO? \_\_\_\_\_

PARTICIPA EM OUTROS GRUPOS? QUAIS?  
\_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ SEXO: ( )FEM ( )MASC

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

PROBLEMAS DE SAÚDE? QUAIS? \_\_\_\_\_

MORA SOZINHO(A)? ( )SIM ( )NÃO

FONE DE EMERGÊNCIA / CONTATO: \_\_\_\_\_